



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS

Ata da 127ª reunião ordinária, realizada em 23 de março de 2022

Em 23 de março de 2022, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do Poder Público Estadual: Marcelo da Fonseca, representante da Semad; Ariel Chaves Santana Miranda, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildefonso Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Ângela Ferreira Vieira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Carlos Eduardo Sales Alves Filho, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Cultura de Minas Gerais (Secult); Felipe Faria de Oliveira, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do Poder Público Municipal: Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura Municipal de Itabirito; Eduardo Machado de Faria Tavares, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte; Jaqueline Flaviana de Santana, da Prefeitura Municipal de Betim; Josias Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura Municipal de Araçuaí; Meirelene Arantes dos Reis, da Prefeitura de São João do Manteninha; Nayara Gabrielli de F. Borges, da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara; Gilberto Gonçalves Quintão, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba; Ivonete Almeida de B. Marcelino, da Prefeitura Municipal de Itapeva; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Patrocínio. Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos: Lucas Pereira Rocha, do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia (Dmae); Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Ana Paula Bicalho de Mello, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva Oliveira, do Sindicato das Indústrias do Açúcar no Estado de Minas Gerais

(Siamig); Danilo Luiz de Queiroz, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais – Peixe MG; Francisco de Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes da Sociedade Civil ligada aos Recursos Hídricos: Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Maria Teresa de Freitas Corujo, do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas; Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover); Tales Heliodoro Viana, do Conselho Regional de Biologia - CRBio 4ª Região; Marcos Miguel Temponi Godinho, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea-MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Leonardo Campos de Assis, da Universidade de Uberaba (Uniube) e Edson de Oliveira Vieira, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG). Assuntos em pauta.

Item 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **Item 2) ABERTURA.** Após constatado o quórum regimental, o Presidente suplente Marcelo da Fonseca declarou aberta a 127ª reunião ordinária do Plenário do Conselho Estadual De Recursos Hídricos de Minas Gerais. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Eu gostaria de parabenizar a todos nós que atuamos no sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos pelo Dia da Água. Momento em que cada um de nós vemos as nossas ações sendo refletidas na consciência da população. Eu acho que todos viram nas mídias sociais como foi a repercussão esse ano no tema do Dia Mundial da Água e esse ano trabalhando o tema da água subterrânea, tão importante! É fonte de recurso para o estado de Minas Gerais, que tem um volume de água superficial grande, mais que em algumas regiões já não são suficientes para atender as demandas socioambientais do Estado. Então, quero parabenizar a todos vocês conselheiros, a todos que nos ouvem também pelo YouTube, que acompanham e participam de alguma forma do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, e de forma especial aos servidores do Igam, aos membros dos Comitês de Bacia que também atuam com muita dedicação e a toda à sociedade. Seja a sociedade civil organizada, que também defende a pauta, os empresários, os produtores, que já perceberam a importância de valorizar esse bem que é fundamental para as nossas vidas e a do nosso Planeta. Queria inicialmente registrar uma informação: na última reunião deste Plenário nós nos comprometemos a trazer uma apresentação sobre o PL do Marco hídrico. Mas, como a nossa reunião coincidiu com a semana da água e o MDR está com uma agenda complexa, nós não conseguimos viabilizar a participação do MDR nesta reunião, mas a Secretaria Executiva encaminhou a todos vocês o texto do PL,

dois vídeos que mostram a apresentação do Ministério Desenvolvimento Regional, sobre o conteúdo desse projeto. Entretanto, na próxima reunião o MDR se comprometeu em estar conosco aqui, para ter um momento de discussão dos pontos que estão ali apontados”. Na sequência o Presidente suplente Marcelo da Fonseca deu início ao próximo item. **Item 3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas): “Foi falado, que ontem foi o dia Mundial das Águas, gostaria de deixar registrado que, para nós, da sociedade civil organizada, essa questão das águas em Minas Gerais é algo que existe uma grande preocupação e não é de hoje. Infelizmente a nossa avaliação sobre a questão da gestão das águas a nível estadual não coaduna com o que vem sendo reiteradamente divulgado, a partir de apresentações de dados. Muitas vezes perguntamos se na realidade nós estamos vivendo em universos distintos. São muitas as situações graves que estão acontecendo na gestão ambiental e que tem reflexos gravíssimos para a gestão das águas. Eu também sou conselheira e acompanho no Copam os processos de licenciamento e foi falado aqui da questão das águas subterrâneas. Na Câmara Normativa e Recursal, foi apresentada uma minuta relacionada com essa questão. Em relação ao Norte de Minas, quando eu olhei a minuta, realmente eu disse: em que Planeta estamos? Porque não se consegue ver em muitos encaminhamentos por parte da gestão ambiental, inclusive uma coerência técnica. A realidade, é tão avassaladora e os resultados para Minas Gerais, gradativamente, vão sendo cada vez piores. O volume de licenciamentos sem considerar sistematicamente a questão hídrica é inaceitável. Isso tem sido alertado, tem sido denunciado, tem sido apontado como uma demanda e isso não tem sido considerado. Registrar que, embora alegam que é porque o sistema não pode ainda, tecnicamente contemplar, por exemplo, o descompasso de não se ter dados do ano de 2020 no que tange a quais foram as outorgas de água, concedidas no Estado. Isso sempre fica um ano defasado, no sentido do acesso à informação, por parte da população. Embora, lógico, foi informado para nível de análises de outras outorgas e licenciamentos, que o servidor tem acesso a esse panorama. Temos, questões graves, estamos diante, por exemplo, de um licenciamento pretendido na Serra do Curral. Áreas chaves que nós estamos sabendo da situação de ameaça ou quase colapso do abastecimento da capital de Minas Gerais, que é Belo Horizonte, principalmente depois da perda da captação no Rio Paraopeba e a gente está testemunhando que não se consegue garantir que licenciamentos que são em áreas da recarga, fundamentais no Alto Velhas e Alto Paraopeba, seja pelo Estado, seja pela gestão ambiental, tratados dessa forma coerente. Houve uma situação

gravíssima com a AngloGold Ashanti, com despejo de rejeitos no Ribeirão Caeté, Sabará, que chegou ao rio das Velhas, que mais adiante abastece inclusive, uma cidade com captação da Copasa. Testemunhamos em tempo real as situações de não verificação de situação adequada. Somos testemunhas de caminhos, inclusive para Termos de Compromisso do Ministério Público, envolvendo dinheiro e sem a devida responsabilização de algo tão preocupante. Porque é uma barragem de rejeito com comunidade nas zonas de alto salvamento. Aí podem dizer: o que que isso tem a ver com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos? Eu estou trazendo, porque nós estamos aqui falando dos recursos hídricos, da garantia de acesso à água, por parte da população e da natureza Minas Gerais. E o que nós testemunhamos diariamente nesse Estado, no âmbito da gestão ambiental está em descompasso com o que realmente se está vivenciando em Minas Gerais e é gravíssimo! E é realmente abominável que a gente não consiga encontrar mudanças nesse ritmo. Eu precisava colocar isso, porque nem que seja para ficar constando em Ata e no futuro, quem assessorar ou quem acessar essas informações, pelo menos vai saber que houve cidadãos que vieram alertando, falando, requerendo e fazendo apelos, cada um da sua forma. É muito preocupante, as probabilidades realmente de Minas Gerais, que era a caixa d'água do Brasil, se tornar um território como já está se tornando, com graves questões de acesso à água, inclusive em populações de milhões de habitantes. Então, já temos pedido reiteradamente que a questão hídrica seja considerada de uma forma sistêmica e continua se licenciando de forma fragmentada, outorgando de forma fragmentada, desconsiderando a própria realidade dos territórios e das bacias hidrográficas que estão gritando por socorro no sentido do que que isso significa para esta população de Minas Gerais. Então, ontem foi o dia Mundial da Água e para nós em Minas Gerais não há nada que se dizer ser no sentido de Ok! Estamos conseguindo um caminho para evitar o colapso ou escassez? Não! O que a gente testemunha diariamente são situações que ampliam gradativamente o risco. O risco permanente e a ampliação da escassez hídrica e da perda do que ainda se tem de qualidade de água. E eu não sei como se vai responder, abastecer a população de Minas e as futuras gerações diante desse cenário assustador. Quem acompanha isso de perto, quem está sabendo dos dados sabe que eu estou falando a pura verdade, independente das narrativas contrárias, independentes das narrativas pseudo-verdadeiras. A realidade está na nossa frente, muito clara. Muito clara e é lamentável, porque o que era uma caixa d'água do Brasil, nem está sendo mais uma caixa d'água para a própria população de Minas Gerais e a qualquer momento, podemos ser surpreendidos com desastres no sentido

de populações inteiras sem acesso à água. E eu quero saber onde é que vai ter caminhão pipa ou outras pseudo-soluções dadas, dizendo que isso vai resolver o problema hídrico. Então, esse é o cenário e finalizando: considerando que estamos com mudanças climáticas aceleradas; considerando que os próprios estudos técnicos/científicos estão apontando que a região Sudeste, onde está Minas Gerais, vai sofrer processos gradativos de desertificação em algumas áreas de alterações bastante graves ou muita chuva ou falta de chuva e outras possibilidades climáticas. Então, o cenário que hoje já é assustador, as perspectivas para o futuro vão ser muito piores. Ou seja, nós teríamos que de imediato, ter uma gestão ambiental voltada para esse cenário real, adotando as imediatas soluções independente de outras questões consideradas de interesse econômico. Teríamos que mudar perspectivas econômicas, mas ter como base, alicerce fundamental a questão das águas e dos territórios que fornecem águas. Não é isso que nós estamos testemunhando! Pautaram o licenciamento ambiental da SAM no Norte de Minas, que é um projeto que tem graves questões envolvendo acesso a água, no Norte de Minas, e isso continua tramitando no Estado com celeridade, independente das questões hídricas, era isso. Lamento o tempo gasto, mas era muito grave e tinha que trazer essa contribuição, nem que seja para mais uma vez ficar registrado para nunca poderem dizer que ninguém apontou, ou que desconhecíamos essa outra realidade, que é o que vocês vivenciam. Essa é a realidade concreta que é vivenciada em Minas Gerais e eu tenho aqui trazido, eu estou trazendo essa minha voz e a voz de muitos outros que estão vivenciando isso”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, conselheira Maria Teresa pelas considerações. Em que pese discordar de grande parte dos pontos apresentados pela Senhora, gostaria de reforçar o esforço e a dedicação de todo o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para aprimorar a questão de recursos hídricos. Em atenção a dois pontos específicos que a Senhora trouxe, que eu considero de extrema relevância, e não sei se a Senhora tem acompanhado todo o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Sisema em prol da segurança hídrica, que é o projeto, ‘Somos todos água’, que é um programa de recuperação em realização das bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Dentre ele, nós temos diversas ações, mas aquilo que nós entendemos ser o mais relevante neste momento, é o Plano Mineiro de Segurança Hídrica, que tem o propósito de fazer uma avaliação exatamente dessas áreas que a Senhora coloca de relevância, de estratégia para a preservação e recuperação. E propor, de forma objetiva, já com um plano, projetos executivos, quais são as ações que precisam ser implementadas nessas áreas. Não só no aspecto de revegetação, de cercamento de

nascentes, mas tratando também outros aspectos que entendemos ser importantíssimos, que são: o uso sustentável da água, o uso racional de recursos hídricos, o fomento às fontes alternativas de água e também, obras de saneamento, universalização do saneamento, controle de poluição e infraestrutura hídrica. Infelizmente, o Estado como todos os outros, inclusive outros países também, a solução da segurança hídrica precisa e vai passar por intervenções de infraestrutura, seja adução, barramentos e tudo isso. Então, nós precisamos pensar estrategicamente o Estado, identificando quais são essas áreas e onde devem ser inseridas essas ações para a recuperação dessas regiões. E outro ponto importante que a Senhora trouxe é sobre a questão das áreas de recarga e a integração com o sistema de licenciamento ambiental. É importante lembrar que a Política de Recursos Hídricos traz alguns instrumentos e dentre esses instrumentos, o Plano Diretor e as possibilidades desse Plano definir as estratégias e as áreas de restrição. Inclusive, está em discussão neste Conselho, há um Grupo de Trabalho – GT, que está trazendo essas diretrizes. Cabe aos Comitês de Bacia, aos seus planos identificar e detalhar quais são as medidas necessárias para essas áreas que deverão ser ali preservadas, informar algum tipo de uso restrição, considerando a sua relevância de recarga e outras. Ok?”

Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Pref.de Belo Horizonte):

“Boa tarde a todos. É um prazer revê-los. Eu fico muito sensibilizado e muito satisfeito com a fala da conselheira Maria Teresa. E fico muito satisfeito com as respostas que o Presidente realizou. Podemos não convergir em várias dessas falas, mas respeito profundamente todas elas. Reconheço o trabalho que está sendo feito tanto de um lado quanto do outro. Mas, entendo também e como característica do ser humano, cada um pensa de uma forma, cada um vê a realidade de um jeito e cada um pensa que está sempre fazendo o que melhor pode ser feito. Então, dentro dessas premissas, eu parabeno tanto um quanto o outro, antecipando até a fala de alguns que já estão inscritos, mas a minha fala vai se restringir a um comunicado que, para nós da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte foi muito importante porque foi um trabalho sério, um trabalho de dedicação, que foi o lançamento ontem, como diz a conselheira Teca, se a gente pode dizer que é o dia das águas, o lançamento do índice de qualidade das nascentes do município de Belo Horizonte. Já coloquei no chat um link, se alguém tiver interesse em conhecer um pouco mais sobre esse índice, como ele foi elaborado e como é aplicado, é só acessar esse chat que terão as informações necessárias para entender o índice da qualidade das nascentes. Eu adianto que a metodologia utilizada foi muito semelhante à metodologia do índice de qualidade das águas adotado pela ANA. E destaco 4 pontos, que

a 'Leia' que foi a servidora que coordenou esse trabalho, entenderam como as principais e que foram: a aplicação do Código Florestal, naquilo que ele normatiza; os aspectos da nascente com visita ao local dessas nascentes, são parques, são áreas verdes e unidades de conservação. E a condição da nascente, se ela é natural, se é antropizada, se está represada, se é oriunda de algum corte que foi feito no solo, se foi aterrada. Enfim, todos esses aspectos vamos encontrar lá e todas as explicações, e surpreendentemente, Belo Horizonte foi escolhida para ser a capital de Minas Gerais, sem entrar no juízo de valor da forma como foi escolhida, mas foi por Decreto, não tem como revogar. E nós tínhamos aqui em torno de 5 mil e poucas nascentes e nesse trabalho foram cadastradas 1.173 nascentes. Então, nós vemos que houve uma perda significativa dessas nascentes e por consequência, se deduz que nós tivemos também uma perda significativa dos nossos cursos d'água, que não são recursos hídricos. Porque recursos hídricos são um conceito maior, mais amplo, mas fica o registro como diz a conselheira Teca, para quem quiser, para quem se interessar, é um trabalho feito dentro da Secretaria para ajudar no nosso trabalho, nas nossas análises, tanto de licenciamento ambiental como de uma formação de uma política para o município. Obrigado". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Obrigado, Eduardo. Parabéns pelo trabalho. Esse índice, eu gostaria muito de conhecer e já registrei o endereço, aqui". Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva (Angá): "Boa tarde Presidente, boa tarde a todas e a todos. Bom rever várias pessoas aqui. Eu vou tentar ser breve. Como no ano passado eu não consegui participar das discussões, principalmente sobre o Decreto nº 48.209. Eu sei que o debate foi muito sobre a questão da centralidade, de algumas decisões em relação a nomeação, mas eu queria trazer um ponto específico, que talvez não tenha sido debatido. Inclusive dentro do Igam, a gente já tinha alertado essa questão sobre a composição do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no tocante à representação dos usuários de recursos hídricos. Novamente, foi mantido o segmento de fora dessa representatividade: o segmento de lazer e turismo. Se nós estamos dentro de um Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, de um Sistema Estadual, todos os entes que fazem parte, inclusive dentro dos Comitês de Bacia, esse segmento está dentro dele. Não faz sentido no seu principal Conselho esse segmento, que tem muitas divisas, especialmente, a gente sabe quantos clubes, pequenos empresários que têm os recursos hídricos e existem conflitos também, aqui no Triângulo Mineiro, nós temos constatado com a geração de energia, principalmente, esse segmento tem sido impactado. Então, esse tipo de situação nos estranhou porque a gente alertou o Igam, antes e durante a vigência do Decreto passado, que deveria

275 ter sido feita essa mudança, com a inclusão desse segmento. E não foi feito.
276 Então, peço Presidente que voltemos a discutir sobre esse assunto. Caso
277 contrário, nós vamos ter que apelar aos instrumentos de comando e
278 controle, para que justamente possamos incluir esse segmento tão
279 importante. Inclusive tem uma Secretaria em Minas Gerais, Secretaria de
280 Turismo, que faço coro que ela tem que trabalhar também a inclusão dentro
281 deste Conselho, como usuário. E o segundo ponto, é para parabenizar pela
282 decisão corajosa que o governo de Minas teve, ontem, na Câmara de
283 Atividades Agrossilvipastoris depois de um debate de 4 horas em relação ao
284 empreendimento em Bonito de Minas, no Norte de Minas. E vou tratar no
285 dia das águas, e seria um presente indigesto, a sociedade, ao povo mineiro,
286 e ao contribuinte aprovar um empreendimento que vai trazer um grave
287 desequilíbrio ambiental, também no recurso hídrico e nas comunidades
288 tradicionais do Norte de Minas. Não faz sentido, hoje você trocar Cerrado em
289 avançado estágio de regeneração em áreas importantes estratégicas para a
290 questão da água, numa região muito sensível do ponto de vista das
291 mudanças climáticas, como o próprio governo de Minas coloca em seus
292 relatórios oficiais da Feam, a esse tipo de situação, como a gente percebe
293 que o governo de Minas está favorável a esse tipo de empreendimento. E
294 ontem, felizmente, por toda uma mobilização de técnicos, ativistas,
295 pesquisadores, colocamos os dados, as evidências na mesa, demonstrando
296 que o governo de Minas estava equivocado em sua decisão de um parecer
297 favorável para esse empreendimento, como também a própria empresa, os
298 dados que foram apresentados *in loco*. Então, parabenizo ao Governo ontem
299 pela retirada do processo. Esperamos que o governo tenha coragem, e
300 entendimento que esse é um tema muito complexo. Nunca nos deparamos
301 com um tamanho de desmatamento nos 15 anos que eu estou presente aqui,
302 um pouco mais. Eu nunca vi um desmatamento de quase 11.000 ha. passar
303 por uma Câmara ou pelo Copam, ou que seja, numa área tão sensível, tão
304 complexa de forma que está sendo, com estudos ainda muito deficitários,
305 inclusive negligentes em relação ao uso da terra, em relação à questão de
306 documentação e estudos hidrológicos e por aí vai. Então, mas eu gostaria de
307 mencionar que o governo foi sensato ontem em retirar esse processo. Espero
308 que não tenha sido só uma ação política em relação ao dia mundial das
309 águas, que seja um gesto em pensar para frente, encontrar uma solução
310 mediante a todos os instrumentos que já existem, Mercado de Carbono, RED
311 (Redução de Emissões por Desmatamento), compensação de reserva legal.
312 Trabalhar a aptidão, que ali é o agro extrativismo, turismo rural de base
313 comunitária. Mudar essa lógica de dizer a salvação é desmatar. O
314 desmatamento já foi comprovado cientificamente que não aumenta a renda

nas regiões. Isso aí a ciência. Bom, o terceiro ponto, quase finalizando, nós recebemos, eu aqui como conselheiro de um Comitê de Bacia do Baixo Paranaíba e também no Paranaíba, uma avaliação das Agências de Bacia Federais. E nos surpreendeu, a nossa Agência é lá no comitê do Araguari, no Comitê do Paranaíba, a ABA Gestão das Águas, no Paranaíba, recebeu uma nota de 4,9. Uma nota insatisfatória e quando a gente compara as outras agências, Peixe Vivo, no rio Verde Grande 9,6, Agevap, 9,9, Peixe Vivo no São Francisco 9,6. Jevap, no Paraíba do Sul, a Agência PCJ, no PCJ, 9,3, E a AG Doce, no Doce 10. Então, assim, alguma coisa está errada nesse processo. Eu estou chamando atenção, tudo bem que foi uma avaliação muito criteriosa, no âmbito federal, mas como o Comitê, que eu já fui Presidente suplente, do baixo Paranaíba, há um certo lobby que eu posso dizer, especialmente o setor produtivo, em alguns setores que querem essa Agência dentro desse Comitê, sem passar por edital. Incrível, né? E aí nós recebemos essa notícia. Ainda bem que essas coisas chegam no momento certo, em que essa Agência, nessa calha federal e a desculpa é dizer o seguinte: há, se já tem um Comitê, já que já aceitou no âmbito federal, então pelo Decreto pode direto. Mas, com uma nota dessa precisamos avaliar com um pouco de cuidado. Aceitar uma agência que toma nota 5. Isso não passa de ano não, gente. Então, eu gostaria de deixar registrado isso para a gente não entrar numa roubada, porque essa Agência tem demonstrado que ela não é profissional. Está aí o resultado por evidências. E por último, eu gostaria de manifestar total solidariedade ao professor, ambientalista da UFMG Apolo Hering, eu não estive presente aqui antes e nós não tivemos nenhum evento do Conselho antes, e aos outros ambientalistas, analistas de órgãos ambientais, mediante a perseguição de alguns setores econômicos do governo de Minas Gerais. Então, fica a minha solidariedade da organização frente aos anos de chumbo que nós passamos, inclusive o professor Apolo, em que essa sociedade tem que entender o papel da democracia e não deve aceitar de forma alguma que perseguições a quem de direito está na frente, pelos rios, pela biodiversidade, pelo direito difuso e pela sociedade. Não aceitaremos. Não aceitaremos calados a esse tipo de perseguição, imposição a nós. Vocês não nos calarão. Então fica aqui toda a minha solidariedade a essa pessoa, como também as outras por essa toda essa perseguição. Muito obrigado, Presidente suplente, desejo uma boa reunião”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Gustavo, pelas suas considerações. Só reforçar que não tem nenhuma medida do governo do Estado com relação ao Professor Apolo. Seguindo então, com a palavra Professor Sylvio”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Obrigado pela palavra, Presidente suplente, em nome de quem eu saúdo a todos os

presentes nesta reunião. Eu queria manifestar minha solidariedade com algumas das observações emanadas por parte da Conselheira Maria Teresa, das preocupações que a sociedade civil tem. Pela preservação, pela manutenção da qualidade dos recursos hídricos, da questão ambiental, que é indissociável do nosso ponto de vista, da gestão, das águas. Então, podemos talvez não concordar com todas as observações, mas somos solidários à ideia da preocupação constante da sociedade civil com a questão ambiental, com a questão preservação da qualidade e principalmente da possibilidade da participação da sociedade civil, na gestão ambiental e na gestão das águas. Mas eu queria focar a minha palavra nesse momento, na questão ligada a data comemorativa de ontem - o Dia Mundial das Águas - ele foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 21/02/1993, depois de uma recomendação que saiu da Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, a Rio 92. E que foi instigada a partir de uma reunião realizada em Helsinque, em março de 1992, que foi a "Convenção sobre Proteção e Utilização dos Cursos de Águas Transfronteiriços e Lagos internacionais". É importantíssimo, eu creio, inclusive, que nós deveríamos ter um destaque maior, ter mais eventos, ter uma atuação mais destacada por parte do Conselho e por parte da Secretaria de Meio Ambiente, para valorizar um pouco mais essa data. E eu falo isso também, porque eu tenho uma preocupação e gostaria de compartilhar com o Presidente suplente do Igam, para que chegue à Secretaria de Meio Ambiente. Toda essa iniciativa da criação do Dia da Água, da Rio 92, e toda essa história ambiental, ela tem um ponto também em 2015, com a criação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. E essa Secretaria tem, em parte, esse nome na Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Eu participo na Universidade, de um comitê gestor da implantação dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Universidade Federal de Uberlândia e procurei incessantemente, no site da Secretaria de Meio Ambiente a Agenda 2030 do Estado de Minas Gerais. E eu fui incapaz de localizá-la. Eu gostaria muito o Presidente suplente, se o senhor pudesse me enviar ou me mandar o link da agenda 2030 do Estado de Minas Gerais, até porque eu consegui achar várias iniciativas, inclusive na questão da água, ligada à objetivos do desenvolvimento sustentável. E lembrar que o ODS nº 6, de água e condições sanitárias para todos, é um objetivo que nós deveríamos marcar como crucial na atuação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e faço agora uma solicitação, uma pergunta: se nós não podemos, a partir de agora, localizar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável relacionadas às ações da Secretaria de Meio Ambiente, do Igam e deste Conselho? No momento a essa comunicação e esta solicitação que

eu apresento. Obrigado”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca:
“Obrigado Professor Sylvio. Eu vou verificar esta questão e a gente volta na
próxima reunião trazendo um retorno para você”. Conselheiro Felipe Faria
de Oliveira (MPMG): “Boa tarde a todos. Presidente suplente, se possível,
peço que passa ao conselho Deivid, depois eu faço com a palavra, obrigado”.
Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira (Fiemg): “Boa tarde a todos! É só para
esclarecer, com base na fala do Gustavo Malacco, sobre o apoio ao professor
ambientalista Apolo Hering, eu acredito que não seja novidade para a
maioria dos membros. Mas, existe sim, um processo da Fiemg, contra o
Apolo Hering, por razão de uma postagem nas redes sociais, acusando, sem
provas, diversas pessoas e instituições e dentre elas a Fiemg. E aí eu solicito
que fique registrado em Ata que o processo se deu de uma publicação com
a seguinte redação: ‘Como admitir que a Fiemg, CNI e CNA controle os
comitês de bacia para legalizar os seus crimes, com o único objetivo de não
pagarem o valor de mercado pela água bruta extraída e consumida em seus
negócios altamente poluidores, sem que os referidos órgãos ajam de forma
cabal’. Em diversos momentos da publicação utiliza-se palavras agressivas a
diversas pessoas. Tais como: ‘ecocida’ e ‘estelionato’. Um caso breve
ocorrido no STF, o ministro Alexandre de Moraes determinou investigações
tendentes a apurar supostos crimes praticados por pessoas e grupos contra
a honorabilidade e segurança dele, STF e de seus ministros. O inquérito
também trata da circulação das fake News e eventuais financiamentos de
tais atos, bem como insultos a instituições republicanas como o STF. Desta
forma, a liberdade de expressão que todos temos garantidas pelo inciso
quarto, inciso nono e artigo quinto da Constituição da República, não pode
ser confundida com a Liberdade de propagar notícias falsas, ofender e
atribuir crimes a outras pessoas sem prova. Para esses casos, existe a
possibilidade de o ofendido recorrer à justiça para defender sua honra.
Portanto, essa ação judicial da Fiemg contra o Apolo Hering, ele se deu única
e exclusivamente em razão da irresponsabilidade do mesmo em acusar sem
provas, instituição que possui importante história em Minas Gerais e que
contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável do Estado’.
Então é só para deixar claro que não é uma perseguição, aqui, várias pessoas
sabem do trabalho que nós executamos, sempre com objetivo de contribuir
da melhor forma possível e esse processo se deu em razão dessas acusações,
sem as devidas provas. É só para registrar. Obrigado”. Conselheiro Felipe
Faria de Oliveira (MPMG): “Presidente suplente novamente, obrigado. Eu
peço desculpas, porque eu estava terminando um atendimento aqui.
Realmente peço desculpas por essa inversão de ordem. Boa tarde a todos.
Eu queria cumprimentar a todos que atuam em prol da defesa dos recursos

435 hídricos, aproveitando esse Colegiado. Eu quero desde já pedir imensas
436 desculpas, porque no meio da reunião eu terei que me ausentar, em razão
437 de compromissos sobrepostos, isso deve ao fato de que o colega que
438 normalmente a gente atua perante este colegiado, ele teve um empecilho,
439 pediu para poder substituí-lo. Porém, não há tempo hábil para eu alterar
440 toda agenda. Então, desde já peço realmente desculpas ao Colegiado, aos
441 demais conselheiros e a mesa Presidente suplente. Eu queria só fazer uma
442 breve menção, foi mencionado na atuação do Ministério Público, na qual, eu
443 pessoalmente participei. Então, acho que para a pena fazer um registro. Em
444 primeiro lugar, em diversas falas colocadas aqui, eu pessoalmente, e
445 institucionalmente, nós alinhamos no que se refere à preocupação com a
446 preservação dos recursos hídricos. Em diversas oportunidades já
447 manifestamos uma preocupação muito grande com a necessidade de se
448 obter melhor sistematização de dados, de dados de volume outorgados,
449 volumes outorgáveis e assim sucessivamente. Temos feito uma aproximação
450 com o Igam, numa tentativa de fazermos parcerias para fortalecimento de
451 atuações, fiscalizatórias e de maior conhecimento, inclusive de estruturas
452 relacionadas a contenção de águas e seus impactos que os seguranças. Seu
453 Presidente suplente, eu aproveito a presença aqui para renovar esse convite,
454 para que possamos fazer essa atuação conjunta. Eu sei do seu empenho e da
455 sua convicção na causa, então, eu renovo aqui o meu convite com relação a
456 isso. E compartilhado pessoalmente com a fala da Senhora Maria Teresa,
457 quanto a preocupação na preservação das águas mencionada
458 anteriormente. Foi mencionado, porém, uma atuação com relação ao evento
459 ocorrido com a empresa Anglo Gold, no município de Sabará, mencionado,
460 que pouco tempo depois o Ministério Público fez um TAC sem a devida
461 responsabilização da empresa. Particularmente, atuamos junto com o colega
462 de Sabará, nesse caso concreto, o fato ocorreu no sábado e na terça-feira
463 nós ajuizamos uma ação judicial em razão de uma postura da empresa, foi
464 possível propor um acordo, nessa mesma ação judicial. Diversamente, pelo
465 menos na minha opinião pessoal, tenho orgulho de ter feito parte dessa
466 iniciativa, dessa atuação do Ministério Público, que não foi a atuação
467 exclusiva minha, de forma alguma e sim conjunta. Como é sempre fazemos
468 aqui na instituição em casos dessa envergadura. Entendemos que não houve
469 uma ausência de responsabilização, pelo contrário, houve em período de 4
470 ou 5 dias a assunção de responsabilidade pela empresa, para recuperação
471 integral de toda área impactada, doação de 200 ha a comum das mesmas
472 compensatórias para regularização fundiária da Unidade de Conservação do
473 Gandarela, além do custeio de diversos projetos de relevância ambiental,
474 sem prejuízo de ser feita um pente fino em termos de segurança, em todas

as estruturas do empreendimento. Inclusive com a abstenção de operação daquelas com intenção de operação daquelas que deram defeito, que ensejaram carreamento de materiais. Então, isso foi o resultado de uma atuação de 4 ou 5 dias. Particularmente em tempo recorde nós conseguimos algo significativo, em especial, não as compensações ambientais, e sim muitas significativas em prol de unidade de conservação que, particularmente, tem como muito importante ambientalmente, mas em especial, que já se refere a um compromisso de recuperação, que uma ação judicial ordinária demoraria anos até termos uma sentença com esse comando. E também esta análise, com auditorias independentes, de todas as estruturas do empreendimento, justamente para prevenir situações semelhantes que possam impactar os recursos hídricos locais. Então, eu queria só esclarecer qual que foi o teor do Termo de Compromisso. Esse Termo de Compromisso foi juntado na ação judicial, ele encontra à disposição de interessados e é claro, estamos abertos também a ouvir as queixas construtivas, para que possamos melhorar nossa atuação. Longe de acharmos que a nossa atuação já pronta e acabada. Nós temos a convicção de que estamos em eterna e constante evolução. Mas eu queria apenas esclarecer quais foram os termos desse documento. Temos a preocupação sim, das comunidades nas SAZ de Sabará, que foi mencionado em especial para ser uma SAZ extremamente povoada. Essa temática é uma barragem que não é alteada a montante, diga-se de passagem, mas ainda assim essa temática foi objeto de uma ação judicial da qual eu também fiz parte, há uns 2 ou 3 anos atrás e na nossa percepção, uma ação judicial questionando as operações dessa estrutura e na nossa percepção, e aqui adianto a minha convicção pessoal, é a única saída adequada para estrutura que ali se encontra, de contenção de rejeitos, é a sua completa descaracterização. Essa é a nossa grande preocupação e estamos também acompanhando diversos empreendimentos, todos eles dignos de preocupação, de um olhar atento de toda a sociedade e de todas as instituições. Mais especificamente como o da San, que também foi mencionado, foi pautada uma audiência pública e o Ministério Público chegou a fazer uma recomendação. Data vênica, o entendimento do Poder Público Estadual é pela não realização das audiências e ao empreendimento, nós temos acompanhado de perto, focando muito numa análise técnica para bem compreendermos todas as repercussões, tanto ambientais quanto a segurança de estruturas naquela região, que é tão fragilizada. Inclusive, fica desde já o nosso compromisso para que, uma vez concluído o relatório técnico final, que deverá ser feito nos próximos dias, ele seja compartilhado com qualquer interessado, inclusive com órgão licenciador. Então, senhor Presidente suplente, eu levo

desde já esta mensagem à Secretaria de Regularização, ao órgão licenciador, para que obter conhecimento também e para que possa, quem sabe, agregar essa análise na ótica ou na construção desse licenciamento ambiental, que demanda um olhar realmente muito atento para as fragilidades locais, dado o vulto desse empreendimento. Então, estamos também acompanhando e ficamos à disposição para o que for necessário. Senhores conselheiros, mas uma vez, uma boa tarde, peço desculpas pela sobreposição de compromissos, em razão do pouco tempo de antecedência com meu colega, me comunicou e ele o fez de forma absolutamente justificada. Então, muito obrigado. Boa tarde a todos”. Na sequência o Presidente suplente Marcelo da Fonseca passou para o próximo item. **4. Exame da Ata da 126ª RE CERH-MG, realizada em 23/12/2021. APROVADA.** Votos favoráveis: Semad, Seapa, Sede, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, MPMG, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Instituto Guaicuy, Mover, CRBio-04, ABES/MG, UFU, Uniube, ICA/UFGM. Ausente: Seplag, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Itapeva, Crea/MG, ABAS/MG.

5. Semana da Água. Apresentação: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam. APRESENTADA. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Inicialmente nós assistiremos 3 vídeos institucionais, sendo que 2 deles é sobre o dia da água, dia da metrologia e o terceiro da do programa Ambientação do Governo de Minas”. Após a exibição do vídeo, o Presidente suplente Marcelo da Fonseca informou que o vídeo está disponível nas redes sociais do Sisema e na sequência convida a servidora Clara, coordenadora de Assessoria Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos – ASPRH, para proceder a apresentação da programação da semana da água. Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira (Igam/ ASPRH): “Boa tarde a todos e a todas. Conforme já falado pelo Presidente suplente Marcelo, a Semana da Água é um evento anual que fazemos no Sisema, encabeçado pelo Igam, em comemoração ao dia Mundial da Água. Nesta semana nós já tivemos essas atividades projetadas no slide. O webinar com ações para segurança hídrica, nele tivemos a participação da ANA, do MBR, da Copasa. Tivemos também o webinar Recursos Hídricos no contexto do 6º Relatório de Avaliação do IPCC, isso foi encabeçado pela Feam. Tivemos também o minicurso de Drenagem ácida e monitoramento hídrico, resultado de uma parceria de nós fizemos com Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, em alusão ao tema escolhido pela ONU, água deste ano que é ‘Tornando-O Invisível Visível’ e também já

tivemos o Treinamento de Instrumentos econômicos para o município que foi organizado pela Diretoria de Projetos Ambientais da Semad. Nós temos a lista dos próximos eventos e fica aqui o convite para quem ainda não participou. Eles estão com as inscrições abertas. Amanhã nós vamos ter a edição especial do Sisema Consciência, no qual teremos a participação do Daniel Pimenta e do Antônio Carlos Bertachini que trará esse tema de águas subterrâneas novamente. Na sexta-feira nós teremos um minicurso de Hidrologia aplicada a mineração, também organizado pela Abas. E também a partir de abril nós vamos dar início aos cursos online com essas temáticas voltadas aos Conselheiros de Comitês de Bacias hidrográficas. Esses cursos de boas práticas para a gestão e participação, de práticas de Comitês de Bacia: outorga e também de Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos. E como entrega principal que nós tivemos durante a semana da água, nós tivemos a publicação da Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais, do ano de 2001, com o tema de Ações de Segurança Hídrica, é um documento robusto, elaborado anualmente, salvo engano já são 13 edições publicadas. E este ano o tema é voltado para o programa que o Marcelo também já mencionou aqui, hoje, o programa Somos Todos Água, é um programa estratégico de governo que visa garantir a Segurança Hídrica e revitalização de Bacias Hidrográficas. Nós lançamos publicação da Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais na segunda-feira, no webinar, e ele está disponível no portal Infohidro, link www.portalinfohidro.igam.mg.gov.br. Nós estamos lançando também o ebook do concurso de fotografias Águas de Minas, que foi um concurso que nós lançamos da semana da água do ano passado foram 34 fotografias vencedoras, em quatro categorias, e tivemos vencedores em todas as uegs e nós vamos disponibilizar esse ebook nos próximos dias, no site do Igam". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Obrigado Clara. É com muito orgulho que hoje, na nossa 127ª reunião do Conselho, nós apresentamos para vocês a nossa marca comemorativa dos 25 anos do Igam. Órgão gestor de Minas Gerais, que completa este ano 25 anos. E eu gostaria de compartilhar com vocês, nesse momento, a felicidade poder estar à frente do Instituto neste ano em que ele comemora 25 anos, nos quais houve muita dedicação, muito trabalho, dos Diretores que aqui passaram, mais principalmente de todos os servidores que em algum momento, participaram da história do Igam. Então, nós começamos hoje é uma série de ações em comemoração aos 25 anos. Mas, já parabeno a todos esses servidores, pois foram importantíssimos, cada um nas suas atividades, desde a área meio até as áreas finalísticas. As Unidades Regionais, está aqui presente, hoje, conosco acompanhando presencialmente a reunião do Conselho, alguns coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das

Águas, em um trabalho importantíssimo que vocês fazem. Vocês estão próximos dos nossos principais clientes, são os Usuários de Recursos Hídricos, sem apoio dos Comitês de Bacia. Então, parabenizar todos os servidores do Igam. Eu fico muito honrado de ser servidor do Igam, desde 2006 e hoje em 2022, ano em que comemora os seus 25 anos, estar à frente da instituição, com muitos desafios conselheira Maria Tereza, eu sei que os desafios para a Gestão de Recursos Hídricos são muitos, temos muito que caminhar, mas também já caminhamos muito. Quando a gente olha o cenário, os instrumentos de gestão de Recursos Hídricos que foram implementados aí nesses 25 anos, é um salto muito grande. Alcançamos a perfeição? Não, mas estamos trabalhando com afinco para isso. Vocês podem ter essa certeza, de que todos nós servidores desta instituição não medimos esforços para alcançar a nossa missão institucional, que é a garantir a sociedade mineira, atual e futura, água em quantidade e qualidade. Eu gostaria não é uma salva de palmas para todos os servidores do Igam, que nesse ano comemoramos 25 anos de existência! ****salva de palmas****. E dando continuidade, vamos assistir a mais uma apresentação. Eu queria convidar o Capitão Ocimar que vai fazer uma apresentação sobre os avanços do Programa Água Doce Estado de Minas”. Capitão José Ocimar (PAD/MG): “Boa tarde a todos. Então pessoal, vocês já conhecem o Programa Água Doce de Minas Gerais, vou tentar fazer um resumo para mostrar como está a nossa situação atual, mas antes, gostaria de parabenizar o Igam, para os seus 25 anos, espero que no final dessa semana tenhamos mais um anúncio da contratação da empresa para implantação de sistemas de sinalização do nosso Estado. O que é o Programa Água Doce? É a tecnologia de retirada de Poços já perfurados e a transformação daquela água, através de almozi reversa em água de extrema qualidade. Nós temos 42 sistemas inoperantes em Minas Gerais, que foram implantados em anos anteriores. Então, foi feita uma forma de execução, principalmente na sua manutenção, de forma errônea e por essa razão foram abandonados. O objetivo principal do Programa Água Doce é ter uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, com cuidados técnicos, ambientais e sociais. A novidade do Programa Água Doce é que a gente pediu prorrogação até 2024. Tivemos aprovação do pedido de prorrogação em 4 de março e no final do ano de 2021 o estado de Minas Gerais colocou um aporte de recursos na casa de R\$ 8.359.440,50, a mais para o Programa Água Doce. Então passamos para mais de 60% do valor total do convênio sendo colocado pelo Estado Minas Gerais. E os rendimentos de cerca de R\$ 4.300.000,00, também já disponíveis para utilizarmos nas obras. Apesar das limitações, tanto de efetiva, a gente implementou e a gestão Ágil de

Projetos, por meio da qual a gente acompanha passo a passo todas as fases do programa principalmente a parte orçamentária, física, de execução, reuniões periódicas com a chefia, liderança prevista e até E proativa aí dá uma Secretária Marília, do Rodrigo, da Lilian, do próprio Marcelo. Eu convido a todos a conhecer o décimo andar do Prédio Minass sobre instalar nosso ambiente de trabalho do Programa Água Doce e pode passar já foram confeccionados encerrada e 279 diagnósticos socioambientais e técnicos em 53 cidades esse relatório é muito rico várias informações ele conseguiu coletar desse relatório. As intervenções das equipes multidisciplinares nas comunidades rurais. Nós temos uma ferramenta de controle em tempo real da execução, que nós chamamos de 'Defesa Civil Agora'. Por meio da qual assim que verificado o que cada equipe está fazendo durante todo o dia, em decorrência da postagem realizada em tempo real, por parte dessas equipes, referente às execuções dos trabalhos. E com esses diagnósticos, nós criamos o Relatório Final que está subsidiando outras ações nossas. Um exemplo é a aquisição de cisternas de 16 mil litros que estão sendo adquiridas pelo Gabinete Militar do Governador, utilizando como base as demandas e necessidades apresentadas pelo Relatório do Programa Água Doce, para identificar comunidades que precisam e possam receber essas cisternas. Além disso, identificamos unidades sanitárias para fazer parceria com a Funasa, locais para revitalização de nascentes, fossas sépticas, dentre outros. Então, não só para o Programa Água Doce, mas aquelas comunidades que foram principalmente selecionadas para o Programa Água Doce a gente identificou outras demandas e outras soluções alternativas para o abastecimento de água. Completamos os testes de vazão em 138 localidades, em 36 municípios, nos quais já entregamos a análise físico-química da água até se bacteriológicos e relatórios técnicos para essas cidades na grande maioria o poço foi perfurado e nunca teve nenhum tipo de estudo sobre ele. A grande maioria dos poços, nós encontramos conforme mostrado no slide. Os que não estavam sendo utilizados, nós melhoramos o estado desses poços, no sentido de recuperá-los, mas a grande maioria, mesmo em péssimas condições, era única fonte hídrica daquela comunidade. Eu vou falar um pouco mais à frente, mas a condição parece que quase encontrada em muitos deles é a presença de ferro e outras substâncias na água. Esta foto mostra a técnica fazendo as análises físico-química, coleta de água, teste de bombeamento. E já entregamos o poço semi recuperado e agora com a implantação do Programa Água Doce a gente vai fazer tudo conforme a legislação, principalmente o cercamento desses poços. Nós fizemos a caracterização em 20% das casas em cada comunidade, verificamos a qualidade da água que as pessoas têm em casa. Esse fator é

675 muito importante verificar a população local relata 'eu bebo água da Serra,
676 minha água é boa', mas foi possível identificou várias substâncias nocivas à
677 saúde e aqui rodar o destaque Minas Gerais e dos nove estados do Nordeste
678 tem esse problema de ferro na água. O ferro, de 0,3 até 1 miligrama por litro,
679 nós conseguimos tirar o ferro com o processo de osmose reversa, contudo,
680 acima disso a gente ainda está realizando estudos para verificar a viabilidade
681 do Programa Água Doce. A gente não quer abandonar essas comunidades, e
682 em 17 comunidades, com ferro entre 1 e 3 miligramas, então foi feito um
683 estudo pela empresa, a DS e com a nacional e a coordenação estadual para
684 verificar um pré-tratamento de ferro e nós vamos testar esse pré-tratamento
685 de ferro em 17 comunidades. Contudo, 19 comunidades identificadas pelo
686 Programa Água Doce e com teste de vazão possuem condições de Ferro
687 acima de 3 miligramas por litro. Então, nós estamos fazendo contato com a
688 Academia, com a Universidade Federal para gente verificar outros estudos
689 que viabilizem a implantação do Programa Água Doce nessas comunidades
690 com Ferro acima de 3 miligramas por litro. Então, já temos 69 localidades
691 aptas para receber as obras, em 26 municípios. A listagem está disponível no
692 site da Semad, no campo saneamento - Programa Água Doce. Nós fizemos
693 279 diagnósticos, 138 testes de vazão, temos as 69 comunidades já
694 localizadas e previsão de início das obras já em abril deste ano. O estado de
695 Minas Gerais fez uma pesquisa de preço para fazer uma licitação interna e o
696 custo ficaria em torno de 24 milhões, contudo a coordenação Nacional do
697 Programa Água Doce fez uma outra licitação para vários estados e nela,
698 Minas Gerais é partícipe e a gente foi contemplado na licitação com 21
699 milhões e 300mil. Isso significa a economia de mais de 2 milhões e 500mil
700 reais para adesão nessa ata. A gente já fez adesão, conseguimos a
701 prorrogação do nosso convenio até 2024. Já realizamos todos os ajustes
702 técnicos do plano de trabalho na plataforma Mais Brasil e em dezembro de
703 2021 o estado de Minas Gerais fez essa contrapartida é somente outra
704 partida na casa de 8 milhões de 300 mil. Então, o programa Água Doce tem
705 tudo para avançar agora e realizar as plantações de forma célere e eficiente.
706 Nós já temos uma previsão de início de obras em abril, iniciando pelo eixo e
707 dessalinização, que é a MG/122, Porteirinha, Riacho do Machado, Pai Pedro,
708 Mato Verde e Monte Azul. Nós queremos lançar o mais rápido possível o
709 cronograma de plantações, nós estamos finalizando essa contratação,
710 dependendo de detalhes simples para finalização e assinar o contrato. Mas,
711 as equipes da empresa que vai ser contratada, já estão prontas para deslocar
712 para Minas Gerais. Nós vamos iniciar também com o treinamento dos
713 operadores, que serão moradores locais e vão operar os sistemas.
714 Pretendemos fazer também em abriu o 1º encontro Estadual do Programa

Água Doce e a participação dos representantes do Estado, dos Municípios, das Comunidades e de 2 ou 3 representantes comunitários de cada localidade que vai receber a obra. Para nós, aí sim, começamos o nosso acordo de gestão compartilhada com a responsabilidades, Nacional, do Estado, dos Municípios e as ações que a comunidade tem que devolver”. Na sequência foi exibido o vídeo do Programa Água Doce MG. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Capitão Ocimar”! Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto): “É que eu anotei o endereço para acessar o produto, no portal Info Hidro do Igam, mas não está disponível”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Eu vou pedir à Secretaria Executiva para encaminhar por e-mail aos conselheiros o link para baixar diretamente os produtos, tanto o e-book quanto Relatório de Gestão”. Na sequência o Presidente suplente Marcelo da Fonseca inicia a leitura dos processos em pauta. **6. Minuta de Deliberação CERH-MG para exame e deliberação:** 6.1 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande - CBH-GD1, na forma da Deliberação Normativa Nº 18, de 14 de dezembro de 2021. Processo SEI nº 2240.01.0007771/2021-11. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande - CBH-GD1 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão. **PEDIDO DE VISTAS** pelos conselheiros Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). justificativa: “O pedido de vista é em função de que ações a relacionadas a DN nº 68 do CERH-MG, que trata da questão da cobrança pelo uso da água e também é a pedido de usuários de água na bacia para esclarecimentos de pontos de questões que eles têm em relação às minutas”, João Carlos de Melo representante do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Justificativa: Pelas mesmas justificativas apresentadas pela conselheira da Faemg e também em função eu gostaria de fazer uma avaliação um pouco específica sobre os volumes, valores e a questão de aplicação em classes, especificamente nessas outorgas, como esta definição de uso, como se apresenta na minuta que foi dos fundos disponibilizada”. e Deivid Lucas de Oliveira representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Justificativa: “Em complemento à justificativa do colega João, nós identificamos aqui uma alteração na proposta de metodologia do que foi definido na 68 e valores diferenciados. Então, a ideia é poder analisar isso com calma, entender melhor qual foi a proposta do GD1, para apreciação do Conselho Estadual” 6.2 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do rio Verde - CBH GD4, na forma da Deliberação Normativa do CBH do Rio Verde Nº 06/2022, de 24

de fevereiro de 2022. Processo SEI nº 2240.01.0001312/2022-92. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Verde - CBH-GD4 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão. **PEDIDO DE VISTAS** pelos conselheiros Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): justificativa: “O pedido de vista é em função de que ações a relacionadas a DN nº 68 do CERH-MG, que trata da questão da cobrança pelo uso da água e também é a pedido de usuários de água na bacia para esclarecimentos de pontos de questões que eles têm em relação às minutas” e Conselheiro João Carlos de Melo (Ibram): Justificativa: Pelas mesmas justificativas apresentadas pela conselheira da Faemg e também em função eu gostaria de fazer uma avaliação específica sobre os volumes, valores e a questão de aplicação em classes, destas outorgas, como definição de uso, como se apresenta na minuta que foi disponibilizada”. Deivid Lucas de Oliveira (Fiemg): Justificativa: “Em complemento à justificativa do colega João, nós identificamos aqui uma alteração na proposta de metodologia do que foi definido na 68 e valores diferenciados. Então, a ideia é poder analisar isso com calma, entender melhor qual foi a proposta do GD1, para apreciação do Conselho Estadual”. 6.3 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Sapucaí - CBH GD5, na forma da Deliberação CBH Sapucaí nº 11/2021, de 16 de dezembro de 2021. Processo SEI nº 2240.01.0007799/2021-31. Responsável: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Sapucaí - CBH-GD5 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão. **PEDIDO DE VISTAS** pela conselheira Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). “O pedido de vista é em função de que ações a relacionadas a DN nº 68 do CERH-MG, que trata da questão da cobrança pelo uso da água e também é a pedido de usuários de água na bacia para esclarecimentos de pontos de questões que eles têm em relação às minutas” 6.4 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande - CBH-GD7, na forma da Deliberação CBH GD7 nº 28, de 11 de fevereiro de 2022. Processo SEI nº 2240.01.0000818/2022-44. Responsável: Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande - CBH-GD7 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão. **PEDIDO DE VISTAS** pela conselheira Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). “O pedido de vista é em função de que ações a relacionadas a DN nº 68 do CERH-MG, que trata da questão da cobrança pelo uso da água e também é a pedido de usuários de água na

bacia para esclarecimentos de pontos de questões que eles têm em relação às minutas” 6.5 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande, na forma da Deliberação Normativa do CBH dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande - GD8 - Nº 05/2021. Processo SEI nº 2240.01.0007730/2021-51. Responsável: Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande - CBH-GD8 e Igam/Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão. PEDIDO DE VISTAS pela conselheira Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg). “O pedido de vista é em função de que ações a relacionadas a DN nº 68 do CERH-MG, que trata da questão da cobrança pelo uso da água e também é a pedido de usuários de água na bacia para esclarecimentos de pontos de questões que eles têm em relação às minutas” 6.6 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a Autoavaliação das variáveis estaduais de gestão - Pró-gestão 2021. Responsável: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam. Minuta de Deliberação CERH-MG aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Votos favoráveis: Semad, Seapa, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Itapeva, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Mover, CRBio-04, Crea/MG, ABES/MG, UFU, Uniube, ICA/UFGM. Abstenção: Instituto Guaicuy (justificativa: esse mérito, esse assunto, essa temática, a gente como sociedade civil, nunca pode acompanhar, tomar conhecimento, por isso vou me abster); Ausente: Seplag, Sede, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Viçosa, ABAS/MG. **Discussão ocorrida antes da votação dos itens 6.6 e 6.7, colocado em votação em bloco.** O Presidente suplente Marcelo da Fonseca passa a apalavra para o Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “A respeito do formulário de auto declaração, no item anterior o formulário está todo preenchido e no que chegou para mim, formulário da Auto Declaração de Avaliação de Metas de Gestão de Água, no âmbito do Sistema Estadual, tem algumas variáveis, variável 1, variável 2, variável 3, as quais não apresentam nenhum tipo de preenchimento. Os valores só aparecem na variável 5 e na variável 7. Isso significa que nenhum valor foi aplicado nas outras variáveis, é isso”? Lilian Domingues (Igam): “Boa tarde a todos! Vocês já me conhecem, eu sou ponto focal do Pro-Gestão em Minas, acompanho juntamente com as áreas técnicas, todas as metas. Esclarecendo seu ponto, conselheiro Silvio: a auto declaração foi um acordo feito no contrato para

nós investirmos recursos do Pró-Gestão em 7 variáveis, são aquelas 7 que aparecem no formulário. O que a gente fez com o acordo que passou aqui no conselho? Investir pelo menos R\$250.000,00 de recursos próprios do Estado. Dessas 7 metas, nós poderíamos escolher quais a gente iria investir os R\$250.000,00 e nós escolhemos investir em sistema de informações e em fiscalização. Então, o que a gente está declarando e apresentando aqui, é que com recursos próprios, nós investimos, salvo engano R\$1.460.000,00, um valor até maior do que aquele que foi acordado com a Agência Nacional de R\$250.000,00. Não significa que outros valores foram investidos, inclusive valores do Pró-Gestão. A gente tem recursos do Pró-Gestão. Mas, na auto declaração a gente tem que colocar o que foi investido de recurso próprio do Estado e por isso que só foram preenchidos aquelas 2, porque foi um acordo feito no contrato com a Agencia Nacional”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Obrigado pelo esclarecimento. É que eu entendi, até porque eu acompanhei o processo anterior, que nos itens, eu imaginei que precisaria de valores, somente esclarecimento mesmo, que deveria ter uma justificativa por ter ausência de valores e você acabou de fazer a justificativa. Então, eu só queria entender por que que esses itens, mesmo zerados, eles não foram nominados ou justificados. Era só uma observação mesmo. Nada que impeça a aprovação, porque não é o caso. Mas eu queria entender porque do não preenchimento”. Lilian Domingues (Igam): “Só para complementar, esse acordo para aqueles que não se lembram, o acordo com a ANA era o seguinte: se a gente investisse pelo menos R\$250.000,00 de recursos próprios do Estado, em algumas dessas variáveis, esse valor retornaria para o Estado, como um outro valor, agora dentro do caixa do Pró-Gestão, para ser investido nas outras metas. Então, o que a gente fez foi trocar. A gente investe recursos próprios do Estado e recebe recursos do Pró-Gestão, na mesma proporção até R\$250.000,00”. Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura Belo Horizonte): “Seria como uma contrapartida”. Lilian Domingues (Igam): Isso! O que a gente fez ali, a gente apresenta os valores que foram investidos com recursos próprios, os valores totais e nós vamos receber R\$250.000,00 de volta para o caixa do Pró-Gestão, para ser investido em qualquer uma das variáveis”. Conselheiro Gustavo Malacco (Angá): “É porque eu vou ter que me ausentar daqui uns 10 minutos, antes da discussão e votação. Então, eu gostaria de fazer um apelo. Como a gente tem urgência para resolver a questão eleitoral dos comitês, e com esse pedido de vista em relação ao regimento interno, que também os comitês que querem ter sua cobrança, que a gente não se alongue muito nesse agendamento da próxima reunião do Conselho Estadual. Se não uma coisa vai atrasar a outra, especialmente nessa recomposição dos comitês. Pois, nós ficamos muito

preocupados em ouvir que esses mandatos vão ser jogados todos para o meio do ano que vem. Não faz muito sentido isso, mas só para fazer esse apelo, para que a gente tenha uma velocidade nesse processo, lógico dentro do trâmite legal e adequado para que os conselheiros e conselheiras possam retornar com o pedido de vista. Obrigado”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Eu fiquei preocupado, não com esse item, pois já está esclarecido. Na verdade, eu queria fazer um questionamento a respeito dos itens anteriores, porque eles ainda serão votados. Não é isso”? Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Não, pedido de vista é automático”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Então, depois eu posso pedir um esclarecimento a respeito dos processos”? Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Claro conselheiro. Então, vamos fechar essa votação e eu passo a palavra para você de novo”. Na sequência o Presidente suplente procedeu a votação do item em discussão. **6.7 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a Autodeclaração Pró-gestão 2021. Responsável: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam.** Minuta de Deliberação CERH-MG aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. Votos favoráveis: Semad, Seapa, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Itapeva, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Siamig, Peixe-MG, IABr, Angá, Mover, CRBio-04, Crea/MG, ABES/MG, UFU, Uniube, ICA/UFMG. Abstenção: Instituto Guaicuy (justificativa: esse mérito, esse assunto, essa temática, a gente como sociedade civil, nunca pode acompanhar, tomar conhecimento, por isso vou me abster); Ausente: Seplag, Sede, MPMG, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Viçosa, ABAS/MG. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Obrigado pela palavra! Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a Secretaria e o Igam, pela iniciativa da implantação da cobrança em todo o Estado, haja visto que isso é um dos pilares do funcionamento do sistema. Então, parabenizar pelo esforço que está sendo feito, eu acho que demorou muito tempo, inclusive nós já conversamos sobre isso. E eu queria só entender uma questão: há quanto tempo esses processos foram iniciados, logo que foi feito aquele decreto? Todos os processos de cobrança que vieram para reunião de hoje, quanto tempo faz que eles começaram? Thiago Figueiredo Santana (Igam/DGAS): “Professor Sylvio, eles iniciaram no meio de 2020, após o Decreto que antecedeu o Decreto nº 48.160. Porque havia um decreto de fevereiro de 2020, salvo engano, 5 de fevereiro, que eu não me recordo o número agora, que posteriormente ele foi revogado pelo Decreto nº 48.160

e a partir dali todos os Comitês do Grande, nós unificamos num Grupo de Trabalho Conjunto e depois os processos desceram as suas instâncias competentes individuais. Alguns conseguiram concluir internamente no ano passado, salvo engano, GD3 e outro, que eu não me recordo agora, 5 processos estão aqui nessa pauta, os quais tiveram pedidos de vistas e fica pendente o GD6. Mas, todos iniciaram no segundo semestre de 2020, no grupo de trabalho". Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "Obrigado Thiago, por gentileza, todos eles seguiram aqueles trâmites de participação, de convite generalizado, todos os setores puderam participar das discussões para elaboração da proposta correto? Thiago Figueiredo Santana (Igam/DGAS): "Correto! Diversos segmentos, dentro do grupo de trabalho, mesmo também dentro das Câmaras Técnicas de Outorga e Cobrança ou outras análogas que porventura estejam instituídas e também no Plenário, onde a representação de todos os segmentos:, saneamento, indústria, mineração, sociedade civil, entre outros". Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "Obrigado. Então, a priori todos os segmentos, a representação de todos os segmentos, participaram da discussão dos valores". Thiago Figueiredo Santana (Igam/DGAS): "É certo". Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "Tiago, se hoje fossem aprovados esses pontos, quando iria começar o processo de cobrança mesmo"? Thiago Figueiredo Santana (Igam/DGAS): "Iniciaria no ano que vem professor. Ele inicia no início do ano seguinte". Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "Como houve pedido de vista, esse pedido de vista será apresentado na próxima reunião, correto"? Thiago Figueiredo Santana (Igam/DGAS): "Perfeito"! Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "E isso vai alterar o início da cobrança ou não"? Thiago Figueiredo Santana (Igam/DGAS): "Não! Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): "Não! Está bem. Muito obrigado. Estou esclarecido. Muito obrigado".

Item 6.8 Minuta de Deliberação CERH-MG que aprova a recomposição da Comissão de análise dos resultados do monitoramento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SEGRH. Apresentação: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam.

APROVADA. Votos favoráveis: Semad, Seapa, Segov, SES, Seinfra, SEE, Secult, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Belo Horizonte, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Santa Bárbara, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Patrocínio, DMAE/Uberlândia, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Abragel, Peixe-MG, Instituto Guaicuy, Mover, CRBio-04, Crea/MG, ABES/MG, UFU, Uniube, ICA/UFMG. Ausentes: Seplag, Sede, MPMG, Prefeitura de São João de Manteninha, Prefeitura de Viçosa, Prefeitura de Itapeva, Siamig, IABr, Angá, ABAS/MG. Na sequência, o Presidente suplente Marcelo da Fonseca passa a palavra à Clara. Clara Oyamaguchi Pinheiro de

955 Araújo Moreira (Igam/ ASPRH): “Eu deixo a palavra aberta para o Allan de
956 Oliveira Mota, Gerente de Planejamento de Recursos Hídricos, porque esse
957 produto, é conjunto da ASPRH com GPLAN. O Relatório de Monitoramento
958 da Governança da Gestão, nós já estamos no terceiro ciclo, vocês já devem
959 estar familiarizados com esse Relatório de Monitoramento da Governança
960 nós já publicamos 2 edições. Em relação ao ciclo de 2019 e 2020 e nós
961 pensamos em algumas modificações para o ciclo deste ano. Lembrando que
962 o Relatório de Monitoramento é aquele que faz uma avaliação da gestão. Ele
963 mensura 4 dimensões através de indicadores, ele é regulamentado pela
964 Deliberação Normativa nº 61, de 2018, que estabelece essas dimensões de
965 monitoramento. E o que a deliberação fala? Que a comissão que vai analisar
966 os resultados desse monitoramento, ela vai ser formada dentro do Conselho
967 e ela vai ser paritária e formada por pelo menos 01 ou 02 representantes de
968 cada um dos 4 segmentos que compõem o Conselho. Então, a comissão que
969 nós temos formada atualmente é a que foi formada na 118ª reunião do
970 Conselho, em 2019, em que nós temos a Copasa e o Ibram, como
971 representantes dos usuários, o CREA-MG e a Federal de Uberlândia, como
972 representantes da sociedade civil, a prefeitura de Patrocínio e de Itabirito,
973 pelo poder público municipal, e a Seplag e a Arsae-MG, pelo poder estadual.
974 Mas, o que nós vimos, nas últimas reuniões, foi uma baixa participação. Fato
975 que nós acreditamos trazer pouca efetividade, para discussão, pois essa é a
976 proposta de fazermos esse relatório de monitoramento da governança na
977 última. Na reunião do segundo ciclo, foram 2 participantes, dos 8 possíveis.
978 E também temos outro problema, é que a Arsae é já não faz parte do
979 Conselho e não tem nenhum conselheiro nomeado. Dessa forma, dos 8,
980 somente 7 seriam os possíveis e ultimamente a gente tem tido essa baixa
981 participação. Então, a nossa proposta aqui hoje seria é discutir essa a
982 substituição Arsae, e também aproveitar o momento que vai ter essa
983 reavaliação, para nós validarmos essa representação que já está formalizado
984 dos outros representantes e a gente combinar essa apresentação dos
985 resultados para a próxima reunião ordinária do conselho. E para os próximos
986 ciclos de monitoramento haverá uma recomposição da comissão, após a
987 posse dos novos conselheiros que formarão o Plenário e com o novo decreto,
988 parece que a Seplag e a Arsae não farão parte do Conselho. Então, já vai ser
989 necessária uma recomposição. Mas, como não queremos perder esse ciclo
990 que está em vigência, a gente fez essa proposta que gostaríamos que fosse
991 apreciada”. Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto): “É uma
992 dúvida. Quando está na minuta, dizendo para atender os objetivos, passaria
993 a ser a seguinte, com disposição, no item 4, quando coloca representante da
994 entidade da sociedade civil com relacionados apenas os hídricos. Parte já foi

respondido, dizendo que na realidade essa comissão seria composta de conselheiros do Conselho Estadual. Gostaria de entender se é isso mesmo? E quando fala correlacionados à temática, na realidade é dentro das perspectivas de poder participar do Conselho Estadual, a sociedade civil. Tipo: nos seus estatutos e nas suas constituições. É isso? Ou é algo específico, quando fala 'temática dos recursos hídricos'. Há alguma especificidade para participação da sociedade civil? É essa minha dúvida". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Não, é exatamente as mesmas instituições que estão hoje compondo o plenário do CERH-MG". Conselheira Ana Paula Mello (Faemg): "Na verdade, eu gostaria de, segundo o Regimento Interno, sem prejuízo da aprovação das minutas que eu pedi vista, em relação a cobrança pelo uso da água, sem prejuízo do início da cobrança, como foi colocado pelo conselheiro Sylvio, eu gostaria de pedir de acordo com o regimento e do número de DN's que houve o pedido de vista, eu gostaria de pedir a prorrogação do prazo de vista. Porque, no regimento do atual são 10 dias úteis com aprovação da Plenária, poderia ser prorrogado mais um pouquinho, até tendo em vista que a próxima reunião do Plenário ainda vai ser um pouco mais adiante". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Qual o prazo que você sugere? Conselheira Ana Paula Mello (Faemg): Pode ser de 20 dias úteis, assim ficam 10 + 10. Claro, que se a gente entregar antes, ótimo. Mas, é só para poder ter esse resguardo". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Então, só para fechar os itens anteriores, a gente volta a discussão de 6.8 consulto ao Plenário se há alguma objeção quanto a ampliação do prazo de vistas para 20 dias úteis, para os itens 6.1, 6.3, 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): "Eu acho que essa solicitação da Ana é mais do que coerente, não é nem tanto pelo pela quantidade, mas é pelo conteúdo. Eu acho que eles terão que ter atenção necessária para poder apresentar um relatório coerente, claro e bem expresso. Acho que é mais do que razoável esses 20 dias de prazo". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Antes da gente deliberar, eu pergunto se a conselheira Maria Teresa tem interesse na prorrogação do prazo, por igual período, para o item 7.1". Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo(Instituto): "Eu tenho interesse da extensão do prazo, por igual período para o item 7.1. Eu me inscrevi para dizer, que no sentido igualitário, se manter nesse caso hoje, de 20 dias para encaminhamento dos pareceres de vista". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Ok! Como não há objeção do Plenário, fica concedido o prazo de 20 dias úteis para apresentar relatórios de vista, itens 6.1, 6.3, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5. e 7.1. Voltando, então, a discussão do item 6.8, consulto aos conselheiros, aqueles que estão representados hoje, na comissão, se têm

interesse em permanecerem na comissão e para aqueles que estão hoje vacantes, quem tem interesse dos respectivos segmentos, para compor a composição, ressaltando que nós temos, hoje é vacante a vaga da Arsae e uma ausência na reunião da Seplag. Então, só para a gente definir, aí é quem vai compor a deliberação. Então vou passar para os segmentos, pois acho que fica mais fácil. Hoje do Estado é a Arsae, não compõe mais o CERH-MG e a Seplag. Pergunto aos representantes do Estado, quem tem interesse de compor a representação nessa Comissão? Então, permanecerá vacante as vagas do Estado nessa Comissão. Representantes dos municípios hoje, nós temos o Antônio Geraldo da prefeitura de Patrocínio e Itabirito. Pergunta aos 2 se eles têm interesse em permanecer ou se querem ser substituídos". Frederico Arthur Souza Leite (Prefeitura de Itabirito): "A prefeitura de Itabirito tem interesse em permanecer". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Ok Antônio Geraldo"? Conselheiro Antônio Geraldo de Oliveira (Prefeitura de Patrocínio): "Eu tenho interesse em permanecer". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Ok. Pergunto aos demais representantes dos municípios se podemos manter a representação com a prefeitura de Patrocínio e da prefeitura e da Itabirito"? Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): "Belo Horizonte, sim"! Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Ok. Os representantes dos usuários, Copasa e Ibram têm interesse de permanecer"? Conselheiro Nelson Cunha Guimarães (Copasa): "A Copasa tem interesse em permanecer. Depois eu gostaria de entrar em contato com a Clara, sobre esse assunto". Conselheiro João Carlos de Melo (Ibram): "O Ibram também tem interesse em permanecer". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Ok. Pergunto aos demais integrantes, se têm interesse em revezar com a Copasa e Ibram, que ainda têm interesse em participar. Então, permanecemos Copasa e Ibram". Conselheiro João Carlos de Melo (Ibram): "Eu gostaria de fazer uma sugestão, pois poderá acontecer, por vez ou outra o Ibram, em função de compromissos assumidos, num determinado momento não comparecemos alguma reunião específica. Então, eu sugiro que tivesse um suplente para cada entidade dessa como um todo. É só uma informação complementar". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "No regimento, quanto à composição, não foi previsto o suplente. Então, a gente precisa permanecer com essas duas instituições, conselheiro João Carlos. Conselheira Ana Paula Mello (Faemg): "Presidente suplente, será que o conselheiro não poderia fazer uma moção ou um pedido para que fosse alterado nesse sentido, para que a norma previsse a posição de suplência? Fica a pergunta aí para avaliação". Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Eu já vou encaminhar aqui para a Assessoria de Planejamento e Regulação, nessa história de

projetos, programas de pesquisa, para preparar uma minuta que vai revisitar a DN que instituiu o monitoramento, prevendo lá que tenha suplentes, para a comissão. No caso do quarto setor, as entidades, sociedade civil, hoje nós temos o CREA-MG e a Universidade Federal de Uberlândia. Perguntou aos 2 se eles têm interesse em permanecer e se os demais tem interesse de integrar, a comissão? Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Eu estou fazendo uma consulta aqui para o Edson e eu estou tentando localizar o contato do Leonardo, da Uniube, para ver se eles que têm interesse, mas o Edson acabou de me dizer que não tem interesse. Se não houver interesse, a Universidade Federal de Uberlândia permanece. Só para esclarecimento, a vaga é da Universidade, mas a Universidade pode indicar uma outra pessoa para participar da comissão, correto”? Presidente suplente suplente Marcelo da Fonseca: “Correto. Não é nominal, a vaga é da Instituição”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “É porque está tendo uma confusãozinha aqui do nome que está constando, mas obrigado”. Presidente suplente suplente Marcelo da Fonseca: “CREA, Marcos”? Conselheiro Marcos Miguel Temponi Godinho (Crea-MG): “O Crea tem interesse em permanecer, sim”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Ok? Então, permanecemos com as mesmas instituições. Reforço que vai ficar sem apresentação do Estado nessa comissão neste momento”. Conselheiro João Carlos de Melo (Ibram): “Eu gostaria, inclusive de agradecer essa possível solicitação que seria feita ao grupo específico, de ponderação de tudo isso, para que se acate essa questão da possibilidade de uma possível suplência. Eu acho que isso vai contribuir muito para toda a formação dessas definições. E mais uma cabeça pensante para todo o esquema composto da comissão. Eu te agradeço e agradeço a quem for fazer essa avaliação também”. Presidente suplente suplente Marcelo da Fonseca: “Só reforçando aqui, aos representantes de Estado, a Semad vai integrar o grupo e pergunta os demais representante do Estado, Seapa, Segov, Seplag, Secult, Secretaria de Saúde, Educação, se têm interesse de integrar o grupo”? Conselheira Ivonice Maria da Rocha (SEE): “Presidente suplente, nesse momento, como representantes da Secretaria, em decorrência até de tantas outras atividades e participações, eu não vou manifestar para integrar este grupo, neste momento. Eu deixo aí para os outros colegas representantes oficiais do governo. Outras Secretarias que puderem compor. Neste momento, a gente fica fora desta atividade. É só para fazer um alinhamento das agendas, porque estamos com muitas sobreposições, e para nós entrarmos no movimento e não ter como participar, dedicar ao estudo que é necessário, ainda mais que essa matéria ela sempre exige muito da representação da Secretaria. Debruçar e estudar para estar melhor nas votações e no diálogo com todo o grupo. Então, eu

peço desculpas neste momento em nome da Secretaria, mas eu prefiro dizer isso agora. Nós ficaremos fora, deixando espaço para os outros segmentos e representatividade. Mas, o que não significa que em outras situações, outros momentos a Secretaria possa estar presente, colaborando mais ativamente. Está OK”? Presidente suplente suplente Marcelo da Fonseca: “OK, obrigado, Ivonete. Os demais, Seplag, Seapa, Sede Segov, SES, Secult”? Na sequência, os outros integrantes do conselho, representantes do Estado, manifestaram por não terem interesse em participar da comissão. Presidente suplente suplente Marcelo da Fonseca: “Então, a composição fica se mantém conforme formada anteriormente, fazendo simplesmente a substituição da Arsae pela Semad e a exclusão da Seplag do grupo, conforme deliberação anterior”. Na sequência o Presidente suplente colocou o item em votação. Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): “Desculpe-me, por ‘questão de ordem’, gostaria de fazer um questionamento em relação ao Regimento Interno. Uma dúvida mesmo, porque no Copam, por exemplo, não pode um conselheiro ficar, permanecer até um dado momento da reunião, sair e o suplente, outro conselheiro, permaneça em seu lugar, só questionando, se no CERH-MG é assim, porque eu não me recordo. A fim de contabilização do voto”. Presidente suplente suplente Marcelo da Fonseca: “Secretaria Executiva, pode esclarecer por gentileza? Infelizmente, não há previsão regimental de substituição, então, vamos desconsiderar o voto da Angá. Obrigado conselheira Ana Paula, pela ponderação”. Item **7. Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG para exame e deliberação**: 7.1 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que estabelece o regimento interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Responsável: Semad e Igam. **PEDIDO DE VISTAS pela conselheira Ana Paula Bicalho de Mello, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e Maria Teresa de Freitas Corujo, representante do Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas.** Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto): Justificativa: “Como se trata de um regimento interno, nós queremos trocar ideia com outras pessoas da sociedade civil que já contribuíram ao longo dos anos, comparar com essa questão da eficácia, como está em relação aos regimentos internos e por isso demandamos pedido de vista”. Ana Paula Bicalho de Mello (Faemg): justificativa: “O pedido de vista é em função de algumas considerações que a Faemg tem a trazer a respeito do regimento, que é eu faria via destaque, mas como houve um pedido de vista, eu vou fazer isso via pedido de vista também”. Item **8. Apresentações**: 8.1. Relatório Pró-gestão das metas federativas 2021 e desembolso dos recursos do programa transferidos ao Estado até dezembro de 2021. Apresentação: Assessoria de Programas,

1155 Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam. **APRESENTADO.**

1156 Lilian Domingues (Igam): “Boa tarde a todos. Vamos lá. Por que a gente tem
1157 que fazer estas apresentações? A primeira questão é que o Pró-gestão é um
1158 programa de consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas. Minas
1159 Gerais fez esse acordo com o Governo Federal em 2014, eu vou mostrar um
1160 slide para vocês. Eu gosto de fazer essa apresentação inicial lembrando
1161 isso, porque é um Pacto Nacional: todas as Unidades Federativas do Brasil
1162 hoje, assinaram esse programa como uma forma de tentar impulsionar a
1163 implementação da Política de Recursos Hídricos em cada estado e com isso
1164 a Política Nacional de Recursos Hídricos. Então, um item contratual que nós
1165 temos, já que o Conselho Estadual inclusive é interveniente nesse contrato,
1166 é apresentar a situação, apresentar a situação das metas, o quê foi cumprido
1167 no ano de 2001, no caso, que foi o terceiro período do Programa do segundo
1168 ciclo. E eu vou fazer apresentação, tentar ser o mais breve possível porque
1169 por se tratar de um programa com muitas metas o trabalho que tem por trás
1170 disso tudo que tem por detrás disso tudo que eu vou passar aqui é imenso.
1171 Eu vou tentar ser o mais didática possível, para todos os conselheiros se
1172 sentirem confortáveis e também compreenderem esse universo que o
1173 Programa representa para a gente aqui no Estado. Bom, vamos lá, o Pró-
1174 gestão é um programa de consolidação do Pacto Nacional, ele é um
1175 programa de incentivo financeiro, foi desenvolvido pela ANA para apoiar os
1176 sistemas, o nosso objetivo é construir compromisso junto, superar desafios
1177 comuns é promover os múltiplos, as falas iniciais na reunião de hoje foram
1178 muito nesse sentido da preocupação com as questões. Os eventos críticos
1179 estão cada vez mais acelerados, então a ideia é a gente fazer esse
1180 compromisso junto e tentar vencer e superar esses desafios de forma
1181 conjunto também com os Governos Estaduais e Federais, já que no caso de
1182 Minas Gerais a gente está aqui entregando água para vários outros estados.
1183 Estão, promover a efetiva articulação nesses processos e fortalecer um
1184 modelo de governança também, como a gente falou agora sobre esse
1185 relatório de governança, a gente monitora como está a governança das
1186 águas nos estados e vendo como os outros estados estão fazendo a gente
1187 tem esses momentos de trocas para poder conseguir implementar a nossa
1188 política. Então, eu sempre gosto de trazer essa figura, para que todos possam
1189 entender o que foi feito nesse acordo, que esse acordo tem metas, a gente
1190 cumpra essas metas, que nada mais são do que aquilo que está previsto na
1191 nossa legislação de Recursos Hídricos, para implementação da Política
1192 Estadual de Recursos Hídricos. A gente avalia esse cumprimento, que é o que
1193 nós estamos fazendo aqui agora com essa apresentação, mostrando para
1194 vocês. Essa avaliação foi feita do que a gente conseguiu cumprir dentro das

condições do Estado de Minas e a gente recebe uma bonificação em dinheiro, que serve para investir novamente no aprimoramento da Polícia Estadual. É um recurso que tem que ser gasto na Política de Recursos Hídricos e não pode ser gasto com outro com outra finalidade. Aqui estão as resoluções, lembrando da adesão de que Minas, que foi por um Decreto Estadual 2014 a gente manteve essa adesão por meio de Ofício do Governo de Minas, em 2019 e temos os contratos firmados para a gente Nacional de Águas. É necessário lembrar que tivemos auto avaliação e auto declaração que foram aprovadas anteriormente na pauta. Mas, aqui para entender um pouco melhor esse Universo de metas, no primeiro ciclo a gente tinha 37 metas. Eram só as metas de Cooperação Federativa Estaduais e agora a gente tem 36 metas Estaduais Federativa, mas também temos as metas de investimentos para as etapas produção. Eu trouxe só a certificação do segundo ciclo, dentro de tudo que a gente conseguiu concluir, foi o valor certificado pela Agência Nacional, dentro daquilo que a gente conseguiu implementar no ano passado, a gente recebeu esse valor de R\$ 799.763,20. Nas metas Federativas, que são essas, a gente tem Integração de Dados, que é o cadastro de usuários de águas superficiais e subterrânea, a capacitação em recursos hídricos. E vejam só, a capacitação por si só é um programa. Nós o temos em uma apresentação prevista aqui, na sequência. Então, é uma meta no Projeção, que é um Programa Estadual. Só para vocês terem uma ideia da do universo, da amplitude que é o programa no Estado. Temos a contribuição para a difusão do conhecimento, a gente tem um acordo com a Agência Nacional de passar as informações para os sistemas. Eles têm os dados de todos os estados. Eles têm acesso ao SNIS da ANA, os dados de Minas Gerais, têm os dados de qualidade, dados de quantidade de Minas Gerais. Então a gente tem essa cooperação para difundir para todos terem acesso às informações. Prevenção de eventos hidrológicos críticos e atuação para segurança de garagem. O Relatório Pró-gestão, que é o item de pauta, a gente encaminha para a ANA informações sobre as Metas Federativas e os Fatores de Redução, que se não forem cumpridos, por isso que eles são metas, a gente perde recurso na certificação. Então, são metas para serem atingidas. Já as metas de gestão Estadual, essas variáveis a gente avalia, faz a autoavaliação como estavam todas essas metas. São 31 metas Estaduais, a gente tinha o compromisso de atender pelo menos 16 obrigatórias, mais algumas à medida que os anos vão passando, e as metas de investimentos que foi aquela auto declaração, na qual a gente informou os valores investidos com recursos próprios de Estados em Sistemas de Informação e Fiscalização. A autoavaliação resolveu, as Estaduais a autodeclaração mostra também o quanto foi investido no levantamento que feito aqui em Minas. E

o Relatório Pró-gestão que eu vou passar apresentar agora, a gente traz informações sobre todas essas outras metas, federativas e fator de redução. Esta imagem é para mostrar como que a carinha do relatório, todo ano a gente tem o compromisso de encaminhar para a ANA a consolidação, para informar que foi a implementação de cada uma delas. O Sumário mostra o que a gente trata em cada uma delas, inclusive no relatório também vem aplicação de recursos. Aqui a gente recebeu até dezembro de 2021. Uma breve apresentação onde a gente informa, relembra tudo isso que eu acabei de falar, os dados contratuais, a tipologia do Estado de Minas que é sempre bom frisar que a gente está na tipologia 'D', que maior grau de desafios, no Brasil somente quatro Estados tem essa tipologia. É muito difícil, dentro de tudo para falado pelos conselheiros, as nossas questões aqui em Minas Gerais, as dificuldades, gente tem esse alto grau para implementar e a nossa política é alcançar melhores índices, vamos dizer assim. E a gente está fazendo o melhor que podemos. Eu acho que todo sistema, conselhos, comitês, têm muito para melhorar, mas temos que lembrar que as dificuldades são grandes. Nos principais desafios a gente a porta algumas questões, nesta, a gente teve avanços significativos em segurança de barragem, nesse segundo ciclo. Em 2021 a gente teve um pouco mais dificuldade para alcançar o que tinha sido proposto. Mas, avançamos bastante na capacitação e também no programa Estadual, que vai ser apresentado. E também os avanços na cobrança: a publicação, os comitês aprovando a sua cobrança, para nós podermos tentar alavancar a Política De Recursos Hídricos com esses instrumentos. E o acompanhamento que é feito pela Assessoria, pelo o Gabinete, e eu como ponto focal, indicada pelo Igam. Como ficaram as metas federativas? Eu vou tentar para falar muito breve. No caso do CNARH, nós temos essas duas metas: que e disponibilizar dados cadastrais no CNARH, aquele cadastro nacional e verificar a consistência dos dados e também complementar os dados adicionais sobre águas subterrâneas referentes a poços de regularizados. A gente tinha o prazo de até 15 de fevereiro, para fazer essa inserção de dados. Como funciona? O Igam faz todo o procedimento de outorga e depois que está tudo concluído, até 31 de dezembro, a gente tem mais 45 dias para fazer a inserção dessas informações de outorgas no CNARH. Então está tudo disponibilizado para a Agencia Nacional no CNARH. As planilhas vão ser entregues junto com os relatórios, são planilhas enormes, com muitos dados. No ano passado nós tivemos 11.336 cadastros realizados. Sendo 4.584 de água superficial e 6.752 de água subterrânea. E também foram verificados parâmetros de consistência dos dados, como foi solicitado. Então, a gente está entendendo com essa, meta dentro das nossas possibilidades, que ela foi cumprida.

Obviamente vai ter certificação, a ANA vai avaliar se realmente a consistência aconteceu para todos os dados, se faltou alguma coisa, então não tem como falar que vai ser 100%, mas será próximo 100% para atingir essa meta. A meta dois né que a capacitação em recursos hídricos, do item 1 a 5, a proposta do Plano foi apresentada no primeiro ano, que foi 2019, foi apreciada pelos conselheiros em 2020, a gente encaminhou para todos em 2020. A programação anual foi fechada considerando os remanejamentos realizados. Então, o item 3 é apresentar anualmente as atividades de capacitação. A gente fechou essa planilha, o Alexandre Magrinelli vai apresentar o item 8.3. Ele vai falar um pouquinho mais sobre o Programa De Capacitação, mas adianto que ele foi atendido dentro das planilhas e dados das tabelas que a ANA encaminha para nós. O item 4 que é comprovar a implementação das capacitações. As planilhas também aqueles enviam, os formulários que a gente tem que preencher. Depois que tudo foi, essas várias planilhas de acompanhamento e comprovação, serão encaminhadas junto com o relatório, como anexo. E a avaliação intermediária e final que teria que ter sido feito em 2021, que é o período 3 e no último ano, ela também será feita, a equipe da Assessoria e do RH do Sisema, a gente fez essa avaliação intermediária. A ANA inclusive elaborou uma planilha para fazer essa avaliação e a gente vai trazer alguns dados aqui, indicado para gente que, apesar da gente estar muito focado em implementar o programa, ainda tem muita coisa para ser ajustada, pela própria Agência Nacional de Águas. Como eu falei, os estados vão cumprindo e a ANA também vai adequando, porque é um trabalho conjunto entre estados e União. Dados rápidos da programação de 2021. Tinham 35 atividades programadas, 22 presenciais e 13 à distância. Nós conseguimos realizar 16 dentro da programação e 9 capacitações extra programação. Sendo que 19 não foram realizadas e vão ser substituídas ou remanejadas nessa avaliação que foi feita e na programação de 2022/2023. Aqui, é um gráfico mostrando o percentual não executado e o executado. É necessário ressaltar a dificuldade em função da pandemia. Muitas das que estavam naquela programação 2019, ninguém estava contando com uma pandemia mundial. Então, essas adequações nós estamos tentando fazer aos poucos, de trocar cursos presenciais por cursos EAD. E na nossa avaliação, estamos conseguindo dentro das condições uma boa execução. Em 2021, o público capacitado foi de 2.057 pessoas, incluindo também a capacitações realizadas por conta própria. Alguns servidores fora dentro da programação que estava com a gente, nós conseguimos levantar essas informações. Então independente está no programa, tem muita gente fazendo esse trabalho de capacitação. Tem os cursos da Agência Nacional que são realizadas pelos Comitês, pelos de servidores e dentro das

possibilidades a gente consegue fazer esse levantamento. E aqui, o quantitativo de pessoas por entidade, indicando para gente nessa avaliação foi feita, onde precisamos melhorar, os Comitês aqui, menos de 10%. Então, pensando nisso a gente assinou o 'Procomitês' para tentar identificar a capacitação para alguns comitês e tentar alcançar os demais. E o montante de recursos utilizados nos cursos estavam programados, totalizando 17.291. A baixa produção, eu vou falar depois, mas é muito em função dessa troca de cursos presenciais pela modalidade EAD e remota. Na programação ao 2022 são 34 atividades programadas e o Alexandre Magrinelli vai apresentar um pouco melhor para vocês no próximo item de pauta. A meta 1.3 Conjuntura, eu não sei se todos conhecem a conjuntura de Recursos Hídricos do Brasil. A publicação é da ANA e a gente até anunciou que a nossa publicação de Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais, a ANA tem o Conjuntura, quem ainda não acessou, por favor acessem. É uma publicação muito importantes e lá ela consolida todas essas informações que os estados passam, com infográficos e é bem didático. Então, a gente tem um compromisso de passar inúmeros planilhas, tabelas de dados e informações desses nove temas do estado de Minas Gerais para compor a conjuntura de Recursos Hídricos do Brasil. Só para vocês terem uma ideia, só no item de cobrança a gente tem cinco tabelas diferentes para fazer o preenchimento dessas informações. E que servem também para gente fazer uma autoavaliação, que já foi apresentada para vocês. Aqui, são só as comprovações, a gente abre um processo SEI para todas as áreas colocaram essas informações, cumprirem os modelos, os prazos que são determinados. Estudamos o contrato do Pró-gestão, a gente tem realmente o dever legal de cumprir dentro das nossas condições. O que não é cumprido infelizmente é descontado na certificação. Aqui o protocolo da ANA, indicando que nós enviamos tudo na data. Para a meta 1.4, Pró-gestão de eventos hidrológicos críticos, é uma meta que é muito desafiadora para gente, em função da estrutura que o Igam tem. Nós estamos tentando melhorar a cada vez mais. E hoje nos foram mostrados alguns vídeos de um belíssimo trabalho que é feito pelo SINDE, pela GNEC. E aí gente tem dentro dessa meta a manutenção das PCBs, que são as plataformas de coleta de dados, que são encaminhadas para a ANA, automaticamente. A gente faz a manutenção e a inspeção das estações para garantir o ITD médio/ anual de 80%. É muito difícil em função do tamanho do Estado, do número de plataformas que a gente tem, de ações. Os impactos da pandemia em 2020 ainda recaíram planejamento, a gente aumentou em relação a 2020 o número de viagem, mas ainda assim a pandemia atrapalhou um pouco. E a outra questão que contribui para que não conseguíssemos atender a transmissão de 80% foi a falta de peças para

reparo das plataformas. Porque o técnico vai fazer manutenção se falta uma peça ele não consegue colocar a plataforma para poder encaminhar os dados de forma correta. Então, são questões que estão sendo verificadas, a área está tentando junto a Agência Nacional resolver essas questões, para garantir o repasse das informações em tempo hábil. No item 2, definir referências, nós estamos mandando esse ano, estava prevista para esse ano passado a gente já tinha mandado estudo de cota de atenção, alerta de inundação, e esse ano tinha que mandar também o estudo sobre os níveis de alerta de estiagem, a gente está encaminhando esses estudos junto com o relatório. O protocolo de ação vai ser só no último ano, logo não temos que enviar agora e a produção dos boletins, que todos já conhecem. Estão disponíveis no site do SIG, do Igam. Nós produzimos esses boletins, tem os SMS que são utilizados de acordo com as parcerias que nós temos em Minas Gerais. E também o relatório sobre esses boletins também está sendo encaminhado em anexo. Aqui, a projeção de um gráfico para ilustrar o número de inspeções que foram realizadas, tendo um pico no mês de junho e no mês de novembro, no número de viagens. Mas, apesar de todo o empenho da área, o nosso TD está abaixo dos 80% no ano de 2021 e na certificação isso vai ser considerado desconto nos valores do Pró-gestão. E são as capas dos estudos que estão sendo encaminhados junto com o relatório Pró-gestão. A meta 1.5 que a segurança de barragem, como eu falei gente teve um ganho, no geral a gente avançou, mas ainda são enormes os desafios. E nos itens 1 a 4 a gente publicou a Portaria nº 11, alterando anexo, ou seja, Minas Gerais está tentando avançar. A gente encaminhou uma minuta também, porque era uma solicitação da Agência Nacional revisar aquela legislação que já havíamos regulamentado. Então, apesar disso a gente deveria melhorar o índice de completude e a consistência dos dados. E isso é um pouco mais difícil de fazer porque depende também de autorização, depende de resposta do empreendedor. E nesse caso, esse ano a gente não conseguiu. Isso não significa que a gente não fez a classificação, nós fizemos e Minas Inclusive tem o índice de completude muito bom, de forma geral a nível de Brasil. Mas a gente não conseguiu avançar em 2021, considerando que em 2020 a gente fechou 100% dessa meta. Esse ano a gente pode ser um pequeno desconto nesses 4 itens. Ainda na meta de segurança de barragens, a gente tem mais esses outros 4 pontos que temos que entender. Dessa regulamentação eu falei, a minuta já foi encaminhada para o CREA, que está trabalhando de forma articulada com o Igam, esta portaria, para credenciar pessoas jurídicas e pessoas físicas, para prestar serviços relacionados à barragem acumulação. Mas ela está regulamentando apenas no artigo da Lei Federal, então a gente entende que está

parcialmente atendido e ainda tem questões a serem trabalhadas para cumprir essa regulamentação, essa revisão de regulamentação. A disponibilização dos dados e informações com o relatório de estágio ele foi feito, nós cumprimos, o formulário foi encaminhado. Mas uma coisa que eu preciso até reforçar e eu fiz um recorte mais abaixo, é que o item 6 por exemplo parece simples, mas dentro dele tem três itens para atender. Então, a gente envia as informações para o relatório? Sim, enviamos! Nós tivemos informações junto à Defesa Civil sobre os incidentes, acidentes com barragens? Sim, mas nós não conseguimos, em 2021, realizar o evento, o webinar Segurança de Barragem, contemplando os requisitos mínimos solicitados para essa meta. Então, a gente vai ter um desconto nesse ponto, mas a gente fez várias reuniões, vocês viram que no ano 2020 foram muitas barragens, os técnicos sempre em campo. Não quer dizer que a gente deixou de trabalhar e de atuar e isso está sendo ressaltado no relatório. Pode ser que Agência Nacional consiga avaliar com um olhar bem criterioso a situação de Minas Gerais em 2021. Os itens 7 e 8 que são os procedimentos e critérios de fiscalização e implementação das ações, diz respeito ao planejamento anual, o pacto de 2021 foi avaliado como estava previsto. O pacto de 2022 foi de elaborado de forma conjunta com a Semad, então a gente tem setor de fiscalização da Semad. Vocês viram na auto declaração o que a gente colocou na justificativa. Essa fiscalização acontece de forma conjunta e não seria diferente aqui na fiscalização de barragem. Então, andam de forma integrada e as fiscalizações que estavam previstas nesse pacto foram realizadas em 202. Esse gráfico ilustra a completude, no qual o verdinho mostra que a completa foi ótima, a questão dessa completude, é que tínhamos um número específico para melhorar mais um pouco, passando de baixa para boa e de boa para ótima. E isso envolvia outros empreendedores e também outras instituições, aí foi complicado a gente entender esse ano. Mas, o índice bom em Minas Gerais. Esta outra imagem é para mostrar que foram encaminhados os dados segurança de barragem, os documentos, o PAF, avaliação do pacto 2021 e a programação de 2022. Bom, o que apresentei agora é o status do atendimento das 5 metas federativas. Toda essa documentação vai ser encaminhada em anexo, é um material muito grande, vai tudo comprimido (zipado) porque é muita coisa mesmo. E agora a gente passa por um outro item que está conjunto nesse ponto que é o desembolso do Programa transferidos até 2021. Esses são extratos, que eu trouxe para demonstrar o que o nosso total de despesas em 2021, com recursos do Pró-gestão foi de R\$467.893,64 e a o saldo que a gente tinha mais o recebimento daquela parcela de R\$799.000,00 que eu mostrei no segundo slide, mais o rendimento, a gente tinha uma receita de

R\$2.383.000,00, ficando um saldo de R\$1.915.0000. A ideia do programa é fazer com que o Estado invista. Então, o nosso investimento teria que ser um pouco maior, no caso a gente acabou investindo 19,63%, mas a tranquilidade que se fosse ele não pode ser usado em outra questão. O que acontece que no nosso planejamento e eu vou mostrar aqui na justificativa, que algumas questões para 2021 tiveram que ser reformuladas para 2022/2003 e esse recurso vai ser investido aqui na gestão. Aqui eu acho que não vou entrar no detalhe, mas é essa planilha ela incorpora essa segunda, trata do reembolso. O que estava planejado e o que foi gasto com diárias, por exemplo estava planejado um valor de R\$9.500,00. Ai, lembrando que a gente teve a questão da pandemia e muita coisa que era para ser presencial, foi realizada de forma remota e uma outra questão importante é que esse aqui é reembolso de recursos Pró-gestão. Nós tivemos diárias, nós tivemos passagens com gastos com recursos próprios, então não entra nessa planilha os recursos próprios. Aqui, somente desembolso do recurso Pró-gestão. Com relação às passagens é a mesma coisa, nos R\$ 15.000,00 que estavam planejados inicialmente e o que foi gasto com recurso Pró-gestão em 2021. Na aquisição de equipamentos e aí eu preciso lembrar que havia uma previsão 2020, que foi passada para 2021 e a gente acabou gastando mais do que estava previsto, considerando a compra de caminhonetes, que estava no nosso planejamento, mas em um ano diferente e a gente conseguiu fazer a compra de equipamentos para a fiscalização, equipamentos permanentes. E então, se vocês somarem o valor previsto para investir em 2020 e 21, esses R\$422.000,00 vai suprir. A contratação de estudos e projetos é um milhão e 250 mil nós não conseguimos executar em função do edital do plano Mineiro, que vocês acompanharam e foi publicado somente em outubro. O é o PDCO do Igam também foi reformulado. E aí a previsão de repasse desses valores 2022/2023. Ações de capacitação como eu acabei de apresentar, havia muita coisa prevista que eram presenciais, e que a gente teve que reformulas, então esse gasto aqui com o recurso do Pró-gestão caiu por causa da pandemia e enfim, de vários cursos deveriam ser ofertados e que não foram. O serviço de informática, a empresa contratada tinha um valor previsto, para 2019 e 2020. E a gente não conseguiu fazer as entregas, vocês viram esse valor na autodeclaração do sistema de informações, lá nós colocamos a justificativa dos problemas que nós tivemos as entregas. Então não foi possível gastar mais juntando 2020 e 2021. Os serviços de comunicação, gente fez um banner da revista, a realização de eventos realizados, nós tivemos o Cipó de Recursos Hídricos, o seminário Nacional de Grandes Barragens, encontro técnico sobre incidentes acidentes. Então, esses recursos foram gastos com esses eventos. Chegando aí nesse valor de R\$467.

893,00, com o percentual de desembolso de 19,63%. Então, esse foi o desembolso de 2021. E aí inicia-se a outra apresentação que eu falei que a gente teria, na qual contam os fatores de redução. Que apesar de não serem metas para alcançar, se a gente não cumprir tem um desconto de 4% em cada uma delas. A gente tem esses 4 critérios, (não consigo entender a frase 3:56:02 – 5/6/22) que vem comprovar a gestão patrimonial dos bens e ??? prestados. Nós temos aqui Minas Gerais vários equipamentos inclusive veículos que são utilizados e são da Agência Nacional de Águas, então nós temos termos de empréstimo, de cessão de uso, e a gente tem que informar como é a gestão desse patrimônio. Isso foi feito direitinho vou mostrar no próximo slide. Tem a apresentação do relatório de Gestão na Assembleia, que também nós fizemos durante o evento, no Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos e também na Assembleia Fiscaliza, e temos também a elaboração do Plano Plurianual de Gastos, de aplicação de recursos, apresentar anualmente ao Conselho e a ANA. Então, eu acabei de apresentar para vocês né o os gastos, o Plano Plurianual que é o próximo item, o nosso diretor vai fazer essa apresentação, mais minuciosa do novo plano, e nós vamos considerar que foi concluído aqui e o desembolso anual acima de 50%, que foi esse que eu acabei de apresentar, que a gente só conseguiu 19,63%. Então a gente vai ter aí uma perda nesse item, que representa 4% no valor total. E para reforçar, a gestão patrimonial, os ofícios foram encaminhados, a documentação gigante, todos os termos, tudo direitinho, tem um processo SEI que foi aberto para poder fazer esse trabalho, está tudo disponível e com acesso público. O relatório de gestão na Assembleia, para quem quiser assistir, que não viu, o Marcelo, nosso Diretor Geral do Igam, ele fez uma apresentação mostrando o Panorama da Gestão de Recursos Hídricos, no simpósio, o relatório ele vai vir com o link também depois quiserem procurar, eu posso colocar no chat também vocês assistirem a apresentação. Na Assembleia Fiscaliza, a nossa Secretária de Meio Ambiente ela apresenta a situação ambiental, então invariavelmente algumas questões relacionadas aos recursos também foram apresentadas, dúvidas foram sanadas ali na Assembleia, na qual os deputados estavam presentes naquela reunião. No critério seus gastos, apresentei aqui na 127ª reunião ordinária e caminharemos para a ANA cumprindo esse critério e o percentual de desembolso abaixo, que implica que nós vamos perder 4% do valor final. É isso espero ter mais esclarecido do que complicado e reforçar o tamanho do programa e o quanto esse programa é importante para Minas Gerais. Como eu falei, apesar de serem metas que são obrigatórias, estão previstas na nossa política, as áreas trabalham com afinco, gera na equipe a organização, essa questão de trazer ao conselho, de estar junto com a Assembleia

Legislativa, da gente levar as questões de recursos hídricos, isso nos ajuda a organizar a nossa agenda. Claro que tem muita coisa para melhorar, mas é uma função que vai depender de todos nós cada um na sua função, no seu órgão, para nós melhorarmos as entregas de Minas Gerais e a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos. Para quem quiser acessar, tem a página oficial Pró-gestão. Todos os arquivos que a gente encaminha está disponibilizado na página, tem o portal InfoHidro, no qual a gente também colocou as informações do Pró-gestão e está disponível para quem quiser acessar a nossa página. De lá a gente encaminha para a página oficial. E tem os boletins também que a gente envia para vocês conselheiros em junho e em dezembro para informar algumas das ações que estão sendo feitas no âmbito de programa. É isso, obrigada"! Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Obrigado Lilian. Só reforçar um ponto que ela colocou, Obrigado, Lilian, que o nosso compromisso de utilizar esse recurso nas ações finalísticas, sem ser para custeio interno. Tanto é que a gente optou por deixar de desembolsar, perdendo 4% do recurso, do que é um desvirtuamento do programa, aplicando em ações que nós entendemos ser de responsabilidade do Governo do Estado, com recursos próprios. Então, a gente privilegia a utilização desse recurso em ações que promovam ao efetivo aprimoramento da gestão no Estado. Pergunto a algum conselheiro, ficou com alguma dúvida"? Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): "A minha fala é intempestiva, mas é em função da observação que a Ana Paula fez em relação a Angá. No Regimento Interno do CERH-MG, no artigo 8, está claramente escrito que cada membro do CERH-MG tem dois suplentes, que o substituirão em caso de impedimento ou de ausência. O que me parece é o que se coloca nessa situação. Então eu gostaria que vocês conferissem isso comigo, para mim para ver se eu estou errado ou estou certo. Porque independente porque a votação já foi realizada e não vai alterar o resultado. Mas, é simplesmente como um estabelecimento que eu acho que ele merece, a entidade civil. Dra. Valéria Magalhães Nogueira (Procuradora): "Boa tarde! Para esclarecer o artigo, esta substituição, em que pese ela constar no artigo 8º, dessa forma ela não prevê a substituição no meio da reunião. Ela teria que ser feita antes. Pode-se entender que existe aí uma omissão na interpretação. Mas se não existe a previsão a gente não pode supor ela foi realizada. Está prevista só não tá não está condicionada a previsão não está condicionada a uma situação generalizada, mas não permite uma interpretação ampla, porque não é essa a previsão expressa. De qualquer forma, Conselheiro, apenas para esclarecer, o novo Decreto que ainda não tem Regimento Interno, mas é Lei, é Decreto, desde 21 de junho de 2021, ele é expresso no artigo 25, parágrafo

12º, que somente poderá atuar nas reuniões um representante titular ou suplente de cada entidade. Ficando vedada à troca de conselheiros durante a reunião. Então, há uma previsão já expressa em Decreto”. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Então, eu gostaria que me enviassem o Decreto para eu ter conhecimento. Não é que eu esteja duvidando da palavra, simplesmente para o meu conhecimento, porque eu acho que o nosso papel aqui é exatamente é questionar para que essas dúvidas possam ser tiradas e facilitar qualquer tipo de decisão. Eu me baseei no regimento interno e que está válido e ele é genérico. Não cita o Decreto. A Secretaria Executiva pode disponibilizar esse Decreto no chat, para que eu possa ler e corrigir a minha forma de perceber a Interpretação da regra”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Eduardo. O item 7.1 que é exatamente sobre o regimento interno. Ele foi colocado como minuta. Ele tem como objetivo fazer esses ajustes, porque o nosso Regimento ele está em alguns pontos em discordância com que está prevista no Decreto”. Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto): “Eu queria só saber, pelo fato de ter sido muito completa a apresentação, eu não conheço a maior parte dessa temática e a gente acaba aprendendo e conhecendo uma temática dentro da gestão ambiental. Eu gostaria de saber se o que foi apresentado contemplou só o item 8.1 ou se adentrou os outros dois itens. E se tiver sido específico com o item 8.1, eu queria colocar aqui na reunião a possibilidade, considerando que muitos conselheiros já estão ausentes, de ser postergado, desde que não coloque em risco o cronograma da apresentação desses relatórios. É somente isso, porque já são 17:00 horas e por questões de horário, a gente como conselheiro sabe que as reuniões têm o seu tempo, mas diante da questão de muitos conselheiros já terem se ausentado, como ficaria essa questão. É só uma proposta”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Sim. Exatamente, nós ainda estamos no item 8.1 e ainda teriam duas apresentações, 8.2 e 8.3. Considerando a proposta apresentada pela conselheira o sobrestar os itens 8.2 e 8.3 para a próxima reunião e pergunto aos conselheiros se ainda tem alguma dúvida com relação ao item 8.1. e não havendo nenhuma manifestação de dúvida, passamos para o item 9. Assuntos gerais. Pergunta aos conselheiros se tem algum assunto geral”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Pela ordem senhor Presidente, eu tentei entender isso aqui pelos bastidores e fui muito bem atendido pelo pessoal da Secretaria, mas o encaminhamento que foi dado a partir do questionamento do Eduardo gerou uma dúvida. Porque no atual Regimento não há previsão de impedimento para substituição do titular pelo suplente a tempo nenhum. Não há previsão de impedimento. O que há é a previsão da

substituição quando da ausência do titular não a delimitação de tempo para que essa ausência ocorra. Só que no Decreto, como foi enviado está colocado no chat, inclusive. No parágrafo 12º, artigo 25 há, aí sim uma regulamentação a respeito desta possibilidade de troca. E a pergunta que eu faço Presidente é que assim nós temos um Regimento e em alguns momentos ele se chocará ao decreto. Quando, na dúvida prevalecerá sempre o Decreto? Porque se isso ocorrer eu creio que nós não precisamos mais de Regimento. Seguiremos, portanto, o decreto”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Eu vou responder e pedir a doutora Valéria que complemente, mas nós temos o Decreto, ele foi promulgado em junho, publicado em junho, e agora nós estamos no processo de ajustar o detalhamento de uma série de questões que vêm de ordem mais genéricas dentro do Decreto, para operacionalização aqui dentro do conselho. Então, eu discordo do senhor, quando fala que não precisa de regimento, porque o Decreto traz algumas competências, mas o detalhe operacional de como ocorrerá a dinâmica das nossas reuniões não está previsto lá no Decreto. Nós vamos fazer isso por meio de uma deliberação deste conselho. Mas, só para esclarecer a parte da hierarquia das normas com a doutora Valéria Por favor”. Dra. Valéria Magalhães Nogueira (Procuradora): “Boa tarde Conselheiro. Então, voltando ao tema, eu gostaria de esclarecer primeiro para o artigo 8º, na nossa interpretação, ele não permite que os conselheiros entendam que possa haver substituição no momento da realização da plenária. Ele não dá essa interpretação, como os conselheiros também já trouxe, a lei não diz isso. Se ela não diz, nós não poderemos realizar. Trata-se do princípio da legalidade. E quanto a hierarquia das normas, os conselheiros ainda não aprovaram o novo Regimento, que seria aprovado nessa plenária. O item foi retirado falta, foi pedido vista. E como não há aprovação, usa-se o regulamento antigo desde que ele não conflita com o Decreto. O Regimento não é um o normativo em si, já o decreto sim. Então, toda vez que houver o conflito, nós vamos aplicar o Decreto. E isso não implica em não observar esse Regimento Interno, até o momento da aprovação do próximo. Porque tem matérias aqui de procedimento, que é o que nós estamos fazendo aqui nessa reunião, que não estão regulamentados mediante decreto. Então, a gente vai usar nesse momento o Regimento que ainda está em vigor”. Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto): “Eu me inscrevi para manifestar em Assuntos Gerais, mas não era nessa temática. Então, eu vou aguardar encerrar essa questão e fazer só uma fala que eu achei acho importante”. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “A dúvida que eu tinha na verdade é que há uma precedência do atual decreto sobre o Regimento. E quanto à questão da interpretação, é uma interpretação. Ela tem todo o direito assim

como eu também tenho direito de achar e não há impedimento pelo Regimento atual. Não discuto que está colocado no decreto porque decreto está muito claro. No caso do regimento ele é vago e, portanto, eu me permito a uma discordância”. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Eu só gostaria de completar a fala do Sylvio, pois eu creio que a Procuradora poderá esclarecer nós dois. Eu sou Servidor Público também, e a lei diz que nós só podemos fazer aquilo que a lei diz. Então, não cabe a nós, no caso, você é servidora, advogada, aí sim poderá interpretar. Mas, a nós servidores não cabe interpretação, nós temos que seguir o que a lei fala. Ou a regra ou a norma falam. Nesse caso aqui é uma norma ela é de menos valia se comparada a um Decreto, é um Regimento, mas é um Regimento que coloca as diretrizes de atitudes e comportamento do Conselho. Isso vale para todos, porque como o Presidente suplente e a Senhora colocaram, e colocou ele estipula os procedimentos de quando devem ser encaminhados os procedimentos. Então, eu vou ler novamente o que está escrito no artigo 8º: ‘Cada membro do CERH-MG terá dois suplentes que a substituição em caso de ausência ou impedimento.’ Aqui não cabe interpretação está claro. Ele tem direito a 2 suplentes e que esses suplentes o substituíram em impedimento. Aqui está escrito é literal e não cabe interpretação. Aqui cabe ler o que está escrito. Se eu como servidor público tivesse que cumprir, eu cumpriria exatamente, literalmente o que que está escrito. Eu não vou dizer do Decreto, porque o decreto é outra coisa, aliás eu chamo atenção até Maria Teresa, pois ela pediu vistas, para que ela compare o Regimento que está sendo proposto ao decreto. Porque nós poderemos ter ali incongruências como esta que acontecendo aqui agora. A vigência do Decreto ninguém vai questionar a vigência, isso não tem cabimento. O Decreto está publicado e está ali descrito. Mas, o artigo 8º também ele está em vigência. Então, aí acho que caberia ao Plenário decidir se segue o decreto ou se segue o Regimento”. Dra. Valéria Magalhães Nogueira (Procuradora): “Eu gostaria de complementar um fato novo aqui. Essa questão da substituição em reunião já foi motivo de análise pela procuradoria, nós analisamos esse artigo 8º numa outra situação. E a interpretação que foi dada é exatamente essa que eu trouxe, da impossibilidade. Como o Conselheiro trouxe o artigo, ele cita em seu caput a substituição em caso de ausência ou de impedimento e logo abaixo a gente deve fazer sempre uma interpretação sistemática do artigo, você tem os parágrafos que irão explicar como se atuará o caput. Então, o conselheiro poderá ler no parágrafo terceiro, que diz: ‘a substituição’, e quando ele diz a substituição, ele está se referindo a substituição do caput. A substituição do Conselheiro titular deverá ser encaminhada pelo dirigente da entidade por

meio de ofício. Então, a interpretação que nós fizemos desse artigo na Procuradoria, numa outra oportunidade, não feita aqui nesse momento já existe um posicionamento nosso quanto a isso, é que o que esse artigo traz é que não acarreta uma substituição no momento da plenária, não acarreta que é suplente e titular possam estar na mesma plenária. Respondendo pela entidade. A substituição do Conselheiro deverá ser encaminhada pelo dirigente por meio do Ofício ao Secretário. Isso não pode ser feito no momento da plenária. Isso não pode ser feito no momento da plenária. Isso é feito em outro momento”. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “O titular da minha cadeira é o Prefeito de Belo Horizonte o primeiro suplente da minha cadeira é o Secretário de Meio Ambiente e eu sou o segundo suplente. Bom, então já estamos cadastrados já estamos nomeados. O que difere essa interpretação que a Senhora está colocando aqui é o momento em que isso ocorre. No momento da reunião, em lugar algum está escrito que no momento da reunião, a não ser neste decreto foi citado. O fato é só esse. Mas, diante da congruência, independente de hierarquia de norma, eu também conheço a hierarquia das normas, se nós vamos considerar hora o Regimento, hora o Decreto, isso aí chama-se insegurança jurídica. Porque eu não sei como eu me comportarei nas reuniões do conselho”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Mas, é exatamente por isso, que nós trouxemos a minuta para fazer esse ajuste”. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Marcelo, eu não tenho dúvida nenhuma e foi o que eu falei atenção a atenção e pedi o cuidado da Maria Tereza e eu sei que ela terá esse cuidado, de observar, inclusive clarificar essas situações. Como eu falei, se eu pedir a 10 advogados para interpretar qualquer coisa na lei, eu terei 10 interpretações diferentes”. Dra. Valéria Magalhães Nogueira (Procuradora): “Conselheiro, eu compreendo a sua interpretação, mas análise pela Advocacia Geral já foi feita, sobre qual a interpretação que nós teremos sobre esse assunto”. Conselheiro Eduardo Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): Eu posso arrumar uma interpretação do Superior Tribunal de Justiça, vocês inclusive adoram colocar um argumento e depois colocar essas citações para fundamentar o argumento. Eu acho que o que está ocorrendo é só uma incongruência. Uma incongruência de momento, não é de validação, de hierarquia de Norma. Não é isso. Eu acho que é uma questão de segurança ou insegurança jurídica. Eu vou terminar minha fala eu ia até colocar no item Assuntos Gerais, um assunto que eu visitei em Capitólio, mas eu vou retirar por causa disso. Porque eu não sei se a minha fala é adequada ou tempestiva ao momento da reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Agradeço muito o estabelecimento,

peço desculpas se eu fui em algum momento grosso, se eu fui indelicado, ou se eu fui mal educado. Enfim, não foi a minha intenção. Às vezes eu sou enfático, mas realmente é assim foi uma interpretação que eu não fiz. Ela é eu simplesmente 'literalizei' aquilo que está escrito na norma. Obrigado".

Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Obrigado Eduardo. Mais alguém?"

Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): "Boa tarde pessoal! Eu só tive uma preocupação. Eu não sei como foram as discussões em torno das cobranças nos comitês, nas últimas reuniões aqui no Conselho Estadual De Recursos Hídricos, mas no Paracatu a gente começou esta discussão e quando eu chego aqui no Conselho Estadual e vejo alguns pedidos de vista dos setores me vem preocupação de como é que isso está sendo discutido na esfera Estadual. Pergunto isso para me basear em como eu devo conduzir os trabalhos em torno da cobrança, aqui no Paracatu. Vale destacar que cada comitê tem a sua tem a sua peculiaridade, digamos assim, e os setores são ouvidos nos comitês. Então, é realmente me estranha um pouco a gente vir a uma reunião, uma questão que já é dificilmente debatido dentro dos comitês com as reuniões setoriais e ainda chegar aqui e nós não podemos ter nem oportunidade de discutir e já serem pedido de vistos e o processo sair de pauta. Eu sei que é regimental, mas eu quero entender como é o entendimento do Conselho frente a essa situação. A gente não sabe se o Comitê de Bacias tem autonomia de fato para decidir em torno da cobrança vai ficar em discussão em torno de política aqui no Conselho? Eu fico com essa preocupação, porque aqui em Paracatu já é uma dificuldade danada discutir em discutir em torno da cobrança, e aí chega no Conselho Estadual virar discussão política, aí é de desanimar, é de perder a esperança da Política Ambiental Estadual. Então, eu quero entender se nas outras reuniões o que aconteceu. Por que que acontece em esses pedidos de vistas e qual que é a resolutiva que isso traz. Eu quero só tentar entender, eu não estou querendo criticar ninguém. Só quero entender porque senão os Comitês já tem as reuniões dos setores, os setores já se manifestam amplamente nos comentes, chega aqui e não conselho de Conselho Estadual de Recursos Hídricos vira uma a politicagem, briga política. Aí eu acho que a gente está caminhando no sentido contrário. Eu entendi que essas minutas de cobrança vinham aqui no conselho para serem de fato apresentadas. Aí chega aqui tem esse tanto de pedido, não se discute nada e se perde esse momento que seria de discussão da cobrança em si. Então, eu gostaria de entender como isso aconteceu nas últimas reuniões e isso é padrão. Ou o quê está acontecendo"? Presidente suplente Marcelo da Fonseca: "Conselheiro, você foi muito preciso aí na sua na sua colocação. Nós temos toda a dinâmica que cabe aos Comitês e as suas Câmaras Técnicas, Grupos de Trabalho. Trabalhar

as propostas de minutas, de metodologia, apreciar no Comitê e aqui ao Conselho acaba sendo apenas um referendo sobre o que foi discutido no Comitê. Nós não temos aqui neste conselho a prerrogativa de alterar nada uma vírgula que foi alterada na minuta, ela retorna o Comitê para uma nova apreciação. O pedido de vistas é esclarecimento, para verificar se foram cumpridos os critérios técnicos e legais para ter mais segurança para os conselheiros no seu voto. Então, se eventualmente acontecer em uma votação uma dessas deliberações não for aprovada aqui, ela retorna ao comitê, para que ele possa apreciar aquilo que este conselho entendeu como desconforme, seja legal ou seja tecnicamente”. Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Mas, por uma questão de ordem Marcelo, eu ainda tenho que manifestar minha indignação aqui, por ter os setores devidamente ouvidos no processo do Comitê, agora serem embargadores da situação. Então, eu sei que cada um está no seu direito, mas consulte aqueles que participaram lá do Comitê de Bacias, antes de parar uma discussão aqui dentro do Conselho Estadual, por que prejudica o trabalho de todo mundo. Eu acho que tá todo mundo entendendo isso aí. Obrigado Marcelo”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Tobias”. Thiago Figueiredo Santana (lgam/DGAS): “Boa tarde a todos. Tobias, a sua fala é bem oportuna, e ela serve para seu momento, para a gente expor a todos os representantes desse segmento, para que esse tipo de situação ela seja minimizada o extremo pela participação dentro das primeiras instâncias, que são instâncias locais. Que é instância onde se reflete o processo de cobrança, em síntese, e seus objetivos que não se faça por perder essa oportunidade de expor dentro do Comitê essas possibilidades, a visão sobre o processo, para que o processo chegue, vamos dizer, meramente para um referendo. Sem grandes estrondos ou qualquer tipo de desvio que fragilize essa discussão. Eu acho que a posição Tobias, nesse momento, principalmente os comitês que ainda estão discutindo a cobrança, é extremamente oportuna. Até que ponto pode-se tratar como independente, pertinente e tem o pertencimento do processo da cobrança o comitê de bacia. Do valor da água naquela bacia onde a própria Deliberação nº 68 traz a obrigatoriedade, ela traz a necessidade que as fórmulas, metodologias e preço tragam particularidades locais, que são discutidas dentro do comitê de bacia. Então, essa insegurança ela cabe nesse processo, mas infelizmente ou felizmente, é o que a legislação estabelece, é um ato complexo pelo linguajar jurídico, de duas instâncias de aprovação para a implementação. Mas, o que queria só deixar aqui que eu corroboro com muito com a sua manifestação, em vários aspectos colocados”. Tobias Tiago Pinto Vieira (Mover): “Marcelo, eu entendo que é regimental o pedido de vistas, mas talvez o pedido de vistas seja regimental

para processo de outorga. Aqui a gente pode sofrer uma influência de um conselho político em um processo devidamente debatido dentro dos comitês de bacias. Aí, eu acho um retrocesso. Cabe uma avaliação se esses pedidos de vistas são cabidos. Porque as justificativas que são apresentadas infelizmente não são devidamente argumentadas. Mas, tudo bem, vale a conferência ao Regimento e cabe a Secretaria avaliar isso”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Mas, sim, Tobias, eu já posso te esclarecer: toda matéria deliberativa é sujeita a pedido de vista. Mais alguma consideração”? Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi (UFU): “Marcelo agora no apagar das luzes aí é que o conselho começa a se movimentar enquanto conselho. Veja, eu entendo as duas instâncias administrativas e deliberativas sobre a questão levantada pelo conselheiro Tobias, até porque recentemente nós tivemos um caso muito próximo, o PN3, onde houve um processo muito grande de discussão, de formulação, de chegar até uma determinada fórmula que foi aprovado pelo comitê, com participação de todos os segmentos e quando chegou aqui no Conselho Estadual, a representação de um dos segmentos de um setor do segmento pediu vistas, porque não concordava com os valores. E eu acho que nós temos que pensar que essas duas coisas são possíveis, apesar de não serem ideais porque me parece que podem ocorrer de um segmento entender que a fórmula adotada por um determinado comitê pode influenciar os outros comitês a adotarem uma fórmula semelhante. E nesse caso a questão extrapolaria a decisão de próprio comitê. Mas, nesses casos, você se sente ‘perdendo’ o seu tempo quando depois de muita discussão, vocês firmam um compromisso coletivo dentro da sua base, que é o comitê e depois esse compromisso é questionado fora da sua base. Então, eu tento compreender as duas áreas aí a questão da hierarquia tem que passar por aqui, mas eu compreendo totalmente a frustração de desenvolver o trabalho, de negociar na base e ter essa decisão, tomada coletivamente, frustrada numa outra instância. Mas, a minha a minha solicitação de palavra era respeito ainda da questão que foi levantada sobre o Regimento, eu coloquei no chat aqui que no próprio Decreto que é colocado como referência agora, o artigo 41 diz que a Deliberação Normativa do Conselho Estadual nº 44 que é o Regimento em vigência aplica-se no que couber ao funcionamento do Conselho Estadual até que seja aprovado o Regimento Interno, de acordo com esse rolamento. Esse no que couber é a chave das interpretações. Eu posso interpretar como eu quero esse no que couber. Por isso Marcelo, eu estou colocando claramente: quando nós tivermos alguma dúvida interpretativa entre o Regimento atual e o Decreto valerá o Decreto? Se for assim, eu solicito que seja expresso, através de um parecer específico”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca:

1835 “Não há necessidade disso. Sempre vai prevalecer o Decreto. Havendo
1836 divergência entre os dois prevalece decreto”. Conselheiro Sylvio Luiz
1837 Andreozzi (UFU): “Então, tá”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca:
1838 “Desculpe-me. O Senhor ainda estava falando”. Conselheiro Eduardo
1839 Machado de Faria Tavares (Prefeitura de Belo Horizonte): “Então, tá. Então”.
1840 Conselheira Maria Teresa de Freitas Corujo (Instituto): “Eu não havia pedido
1841 fala. Mas, gostaria de interagir com esta colocação do Tobias. Em relação aos
1842 itens de pauta que vieram com a questão da cobrança já passando por todos
1843 os ritos no Comitê de Bacia, e eu também estava pronta para voltar
1844 favorável, considerando que foram os comitês de bacia que
1845 obedeceram, como o Tiago confirmou, a todos os ritos, então, chega ao
1846 Conselho Estadual, independente de não ter acompanhado, a gente entende
1847 que seria o Conselho Estadual para endossar a decisão dos comitês de bacia.
1848 Então, foi uma importante colocação feita aqui. Segundo ponto, eu queria
1849 requerer que além de enviar para o conselheiro que pediu ao Sylvio a Agenda
1850 2030 do Estado, eu tenho interesse em conhecer, então eu sugiro que seja
1851 encaminhada para todos os conselheiros, junto com aquele documento que
1852 não está acessível no portal Infohidro. Eu estou reiterando esse pedido e
1853 último, quero aproveitar a oportunidade para dizer que, eu estou falando
1854 agora como cidadão ambientalista e conselheira, eu reconheço eu sei que
1855 dentro da instância de Estado, que faz a gestão ambiental, seja ela o Igam, a
1856 Feam, a Semad, o IEF, eu reconheço que a maioria dos servidores são
1857 competentes e que estão fazendo o seu trabalho com dedicação, que estão
1858 empenhados. Eu sempre deixo isso claro. Não é o fato de eu me manifestar
1859 trazendo questões que a gente percebe, observa in loco, que são graves e
1860 que têm a ver com a gestão ambiental, nós entendemos que a maioria, se é
1861 que não é 100 %, elas vêm de direcionamentos políticos, geralmente que a
1862 gente fala na linguagem popular, de cima para baixo e que muitas vezes
1863 atravessam ou colocam até provavelmente profissionais e servidores contra
1864 a parede, de no sentido de que as decisões estão além do que eles entendem
1865 até tecnicamente, pelos que eles conhecem. Então, eu estou testemunhando
1866 neste Plenário que, eu tenho a certeza que existem servidores,
1867 provavelmente a maioria, que não são responsáveis pelos aspectos que
1868 reiteradamente eu denuncio e eu repudio. Ok? Mas, nós temos um histórico
1869 na gestão ambiental do Estado e a história não pode ser negada.
1870 Negacionismo a gente não pode também fazer nisso e que temos um
1871 histórico na própria gestão ambiental, que envolve prisão de Diretor do IEF,
1872 Secretário de Estado, a 3 anos, Adriano Magalhães Chaves, que foi
1873 condenado por questões envolvendo favorecimento de interesses
1874 minerários, nós temos superintendente da Leste Mineiro Supram, afastada

por envolvimento também favorecimento a mineradora. Ou seja, o que eu quero dizer quando eu trago as questões de gestão ambiental são concretas e baseadas numa realidade do que nós testemunhamos, acompanhamos, e isso é diferente de que eu estou colocando, que isso significa que todos os servidores do Estado que trabalham na gestão ambiental, estão envolvidos nisso. Eu achei importante eu não fiz no início, eu esperei agora nos Assuntos Gerais, para mais uma vez deixar claro e é o que eu falo a cada servidor, na época que era presencial após cada reunião e eu dizia claramente para cada um: isto não é especificamente com você e isso tem a ver com a gestão ambiental e a maioria das vezes vem de espaços dentro do sistema, que vocês não têm a condição de contrapor. Eu quero que fique registrado, porque eu já fui alvo inclusive de certos tipos de pressão no sentido de que eu era uma cidadã com uma função pública, que estava trazendo uma posição contra todos os servidores, o que nunca foi verdade. É isso, obrigada”. Conselheiro Edson de Oliveira Vieira (ICA/UFMG): “Voltando ao assunto que Tobias levantou, eu hoje eu estou coordenando o estudo dessa metodologia e cobrança aqui na bacia e o que apontamentos que ele faz são extremamente pertinentes. E realmente, nós temos representantes de todos os setores. E quando eu vi esse número de pedido de vistas, eu entendi que talvez fosse para analisar toda essa questão, talvez inocentemente não sei, do que rege as diretrizes estabelecidas pela DNº 68, salvo engano. Mas, depois entendi que, uma vez que chega ao conselho isso obviamente já foi passado o pente fino pelo Igam. Então, só chamo a atenção para que nesses pedidos de vistas, se atentem, até o professor Sylvio colocou um exemplo de que talvez a preocupação de um determinado setor, que isso seja alastrado, que seja uma preocupação em que não seja repassada às outras bacias. Mas, lembrando que as peculiaridades, que as bacias possuem suas características próprias, e se a gente pegar uma bacia no Norte de Minas, ela vai ser totalmente diferente em seus aspectos, em suas atividades. A gente tem pouca indústria muito mais voltada para a agricultura, diferentemente das bacias do Sul de Minas. Então, que nesses pedidos de vistas sejam respeitadas essa decisão dos comitês. A gente tem uma discussão de quase um ano, para chegar aqui no conselho para essa análise ultrapassar essas questões de que foram levantadas ao longo de toda uma discussão, que são tensas, densas e feita dentro da bacia, dentro das suas características. Então, só peço que nos pareceres de vistas, provenientes desses pedidos de vistas seja respeitado o que foi colocado na proposta feita in loco, nas bacias. Só isso”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Edson”. Conselheiro Deivid Lucas de Oliveira (Fiemg): “Obrigado Marcelo. É só para pegar um gancho na fala do Tobias. Eu até concordo com a fala dele em

partes, mas a questão é que não é uma discussão política Tobias, eu já justifiquei no início da reunião e agora complemento. A Fiemg solicitou vista do item 6.1 e eu tenho muita tranquilidade em dizer que existe um alinhamento muito grande entre os usuários da indústria, da mineração, de todos os usuários, mas a gente sempre busca esse alinhamento de entender, então eu tenho muita tranquilidade e quando tem um representante da Fiemg, lá no Comitê do Paracatu, está ciente de tudo que está acontecendo. O motivo da vista, o que tem ocorrido é que alguns comitês a gente tem muita dificuldade de colocar os nossos posicionamentos e ser ouvidos. Eu digo isso assim o próprio Igam tem dificuldade em alguns contextos. Parece que tem alguns vícios. Não estou dizendo que é a situação do GD1, mas como houve uma alteração na metodologia, aquele critério de zonas que nós discutimos muito aqui no Conselho Estadual e que foi uma discussão muito técnica, nós ficamos muito tempo discutindo. Então, houve os critérios de zonas essa questão, de cobrança diferenciada por segmento, então assim eu como representante do setor eu tenho que me colocar tanto no CBH quando não Conselho Estadual e se houver necessidade qualquer outra Instância no âmbito do Sistema de Recursos Hídricos e se não houver a possibilidade de discutir, de apresentar o nosso posicionamento, não se justifica essa metodologia essa proposta de deliberação passar pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Então aqui nós estamos respeitando as instâncias de representação e eu vou manter o meu posicionamento em todas elas, ganhando ou perdendo, com posicionamento divergente ou convergente, essa é outra questão. Mas, a ideia de poder construir mesmo e de poder contribuir da melhor forma possível. Então, é só para deixar isso muito claro que antes do pedido de vistas, eu tomei muito cuidado. Eu não me lembro se foi o professor Sylvio que perguntou ao Thiago, este pedido de vista não vai prejudicar em nada o andamento da cobrança. A previsão é, sendo aprovado hoje ou em dezembro a cobrança será implementada só a partir de 2023. O sistema não vai ter nenhum tipo de prejuízo. Mas, é uma oportunidade a gente poder conversar, debater e se posicionar. Obrigado".

Conselheiro Josias Gomes Ribeiro Filho (Prefeitura Municipal de Araçuaí):
"Boa tarde a todos. É também com relação à fala do conselheiro Tobias, algumas questões eu me pergunto também, mas é óbvio que eu deveria conhecer mais e melhor o nosso Regimento. Eu tenho observado neste um ano de participação aqui nesse colendo colegiado Conselho, os itens de Pauta, que são processos que são levados em consideração, trazidos aqui para o debate, para discussão, para apreciação e votação. Eles vão a mente diferente de uma dezena de outros conselhos que eu já participei aí Brasil afora. Normalmente o propositor é o próprio Igam, porque eu estou

compreendendo assim. Então, o Igam apresenta os projetos, apresenta as propostas. Do que depreendo, é que obviamente isso passou por crivo da legalidade, pelo crivo da temporalidade e outros ordenamentos. Então, não há que se pensar que uma proposta de um comitê A, B ou C tenha chegado aí, depois apresentado pelo Igam, com eventuais deficiências, erros grotescos ou até ilegalidade. Daí porque eu também compreender que a celeridade é importante, mas nós não pregamos nenhum atropelo e a importante observar que é um setor de usuários, dentre os quatro que compõem de uma maneira democrática esse colendo conselho, é que se levantou nessa tarde para se contrapor à solicitação do pedido de vista. Tudo bem, processo absolutamente democrático, já estou encerrando, mas, há que se verificar, que se observar, que se compreender essa movimentação. É óbvio que ela é política, aqui entre nós não tem ninguém e começou ontem, mas é pedir celebridade e observar no próximo regimento que nós vamos aprovar em breve, como se dá a vista. Se um conselheiro só pode pedir vista e a ele é dada. Se um conselho como esse, que tem quase 50 membros, porque esse instrumento não pode ser utilizado e não está sendo de forma protelatória. Então, nós temos que observar e aí já aproveitando encerrando, nesse próximo regimento, para verificar se um Conselheiro ou, dois apenas poderá pedir vista de um processo, para a quantia de que as visas sejam sempre dadas com o objetivo de fundamento, de levantamento de outras questões, mas jamais como efeito protelatório. Obrigado”.

Conselheira Ivonice Maria da Rocha (SEE): “Boa tarde a todos eu vou aproveitar um pouco essas imagens, essas figuras de linguagem, essas imagens foram colocados aqui pelos nossos ilustres colegas e companheiros, mas trazida pelo conselheiro Tobias, e a imagem que ele me trouxe aqui, que eu gostaria de falar um pouquinho nesse tempo da palavra livre, é sobre a imagem da política. O que é um ato político, que vai se tornar um ato político. Principalmente dentro de uma dimensão de um órgão que ele é eminentemente político, no sentido do espaço das ideias, das proposições, das construções, das aprovações como é um colegiado desta natureza. Colegiado que se compõe por representatividade e na sua eminência ele é democrático. Colegiado que eu entendo desde que eu faço parte representando a Secretaria e pelas largas discussões que a gente já teve aqui com muita profundidade, que ele não traz aqui, até neste momento, apesar de que a política, ação política enquanto discutir situações que é comum a todos. Esse todos se é a sociedade e o leque dessa sociedade aqui agora, a gente está aí colocando a questão dos recursos hídricos. E a partir daí construir políticas, que é isso que a gente propõe. Que é isso que esse colegiado vem se propondo. Vem aprovando, vem deliberando, vem se

apresentando e sendo como acabou de ser apresentado hoje, como um órgão consultivo a onde se apresenta projeto, a onde se apresenta resultados, como foi apresentada aqui pelo Pró-gestão, desde o início quando eu também vi anunciando que seria e como seria esse movimento do Pró-gestão, e hoje vem aí mostrando a caminhada. Então eu penso Tobias que o único lugar que esse conselho não pode deixar, enquanto princípio colegiado deliberativo, conselho consultivo e normativo, que ele é, ele não pode cuidar e zelar por ser apenas um lugar de validar posições. É importante que a gente seja Conselheiro, mesmo que se fale pouco como a nossa conselheira disse aí que você já percebeu que eu também sou de poucas falas, mas eu acompanho atentamente, não era falando muito que a gente participa, tem outras formas de participação, e eu acompanho atentamente as manifestações pelo Órgão que eu represento, mas a gente não pode deixar que este lugar venha a se tornar apenas ser um lugar de validar posições. E participando e trazendo experiências em outros conselhos, que eu participo também. A gente vê que no Plenário é o lugar dessas conversas finais, é o lugar do entendimento final, buscar, recolher um documento, tirar da pauta via pedido de vistas, ou por qualquer outro mecanismo que está e normatizado no seu Regimento, pode traduzir no aprofundar maior, na revisão, não revisão da ideia da proposta. Mas a própria compreensão dos segmentos que cada um é representado aqui ou é representatividade aqui. Que nós não estamos aqui sozinhos. Então, o que eu queria deixar aqui como contribuição. Eu gostei muito da proposição, da provocação dele, gostei dele quanto provocativo para nos fazer pensar no próprio papel do Conselho e como a gente vem atuando aqui dentro. Mas, também gostei da provocativa que vários outros conselheiros trouxeram aí, que a gente não pode deixar e esquecer que este lugar ele é um lugar do diálogo, da discussão democrática, do pesar diferente, do pensar comum e de chegar ao consenso. Porque é isso que faz o tom da democracia e da construção. E sendo aqui, eu já tive em outros momentos também participando, a gente fez pedido de vistas, foi um pedido coletivo. Eu acho que o olhar quando ele é diverso combina outros olhares sobre o mesmo objeto, foi um pedido coletivo também e foi muito bacana a gente tem oportunidade de discutir separadamente naquele instrumento, naquele documento e trazer de volta para este Plenário as percepções que ainda puderam ser desveladas. Foi muito bacana aquele momento. E eu acredito que construção democrática se faz desse jeito. Colegiado de discussão se faz desse jeito. Não pela unanimidade e olha e não se perde de vista a discussão da base, mas que pode ser esclarecida melhor por aquele lugar está aí agora para fechar esse ciclo de discussão. Que foi bem colocado aí pela nossa presidência. Eu já vi isso acontecer, momentos

que o grupo entendia que havia algo pouco esclarecido, que estava indo pela irregularidade, que não estava atendendo às normas já postulados nos documentos, já aprovado por aqui, voltava a base, para a base de discutir. E aí subia novamente e ele vem sempre amadurecido. Então seria essa a minha fala, no sentido de compreendo. Mas gostei da provocação do Tobias no sentido de que a gente possa pensar os lugares que a gente está. E não no sentido desmanchar um trabalho que foi feito, mas talvez até de aperfeiçoar e de localizar com foco, de amadurecer para quem vai dizer: olha concordo com isso. A gente precisa ter essa liberdade de dizer isso também né era isso que eu gostaria de dizer. E também um pouquinho, com as discussões em relação ao próprio Regimento. Regimento é um o órgão normativo sim, mas se ele tem pontos que não trazem a congruência entre uma norma e uma norma na maior, por toda a experiência que eu tenho na educação, trabalhando com normas e legislações educacionais, a norma maior é para onde gente olha. A gente olha para ela até que o documento que trabalha as regras internas, que o Regimento, venha a ser atualizado em observação as novas normas de uma normatização hierarquicamente superior. Aí é objeto da atualização como foi proposta aqui na matéria desta mesa de hoje, mas que a gente está rodando com ela para próxima semana, pelo tempo que já se vai. Então era somente uma sala que gostaria de ter para vocês e muito obrigada”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Obrigado Ivonice”. **8.2. Plano Plurianual de Aplicação dos recursos Pró-gestão para o 4º e 5º períodos do Ciclo 2. Apresentação: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam. SOBRESTADO.** **8.3. Revisão do Plano Estadual de Capacitação - Integração de Saberes e do Plano Plurianual de Aplicação da Capacitação para o 4º e 5º períodos do Ciclo. Apresentação: Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos - ASPRH/Igam. SOBRESTADO.** **9) ENCERRAMENTO.** Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira (Igam/ ASPRH): “Em conversa com a Lilian que é o ponto focal do Pró-gestão, em relação aos dois itens que foram sobrestados para a próxima reunião, a gente queria pedir para enviarmos essas apresentações por e-mail, para os conselheiros. Porque como estamos nesse processo de certificação junto a ANA, a gente acha que vai melhor para justificarmos junto à ANA, considerando que foi sobrestado, sem excluir esse momento de apreciação e apresentação da matéria na próxima reunião. A gente queria só antecipar o envio essas apresentações por e-mail”. Presidente suplente Marcelo da Fonseca: “Ok. Então, vamos deixar disponível no site do Igam, para conhecimento prévio e na próxima reunião a gente faz apresentação e esclarecimento de dúvidas”. Não

2074 havendo mais nenhuma manifestação, o Presidente suplente Marcelo da
2075 Fonseca declarou encerrada a 127ª, da qual foi lavrada esta ata.

2076

2077

APROVAÇÃO DA ATA

2078

2079

2080

Marcelo da Fonseca

2081

Presidente suplente do Conselho Estadual de

2082

Recursos Hídricos de Minas Gerais

2083